RELATO INTEGRADO

2021

CFC
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

HOME E SETAS
Clique no ícone para retornar ao sumário e navegue pelas páginas por meio das setas

MENU
Navegue pelos capítulos pelo menu superior

Como navegar pelo documento

RELATO INTEGRADO

2021

CFC
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Sobre este Relato

O ano de 2021 renovou nossas esperanças e nele começamos a perceber os primeiros sinais de uma volta gradual à normalidade após um período atípico e muito difícil para todos nós. Aos poucos o mundo se recupera desta drástica crise causada pela pandemia decorrente do novo coronavírus (Covid-19), que tem gerado grandes impactos sociais e econômicos em nossas vidas.

Mesmo após um ano inteiro em processo de adaptação, o principal objetivo do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) continua sendo zelar pela saúde de nossos colaboradores, bem como buscar o aprimoramento e o auxílio constante à classe contábil no cumprimento de seu papel essencial nesse momento: atuar na mitigação da crise e na retomada do desenvolvimento socioeconômico do país. E, para atingirmos esse objetivo, nos adaptamos às mudanças ocasionadas pelo período pandêmico, realizamos diversos eventos e reuniões em formato híbrido e virtual, potencializamos nossos canais de comunicação e seguimos com abordagens sistemáticas sobre nossos planos de governança, proteção de dados e segurança da informação.

Dessa forma, o objetivo deste Relato é apresentar as principais práticas, atividades, inovações e investimentos realizados ao longo do ano de 2021 para viabilizar o pleno funcionamento do Sistema CFC/CRCs, mesmo diante dos períodos de adversidade.

É importante ressaltar que o Relato Integrado chega à sua quarta edição, tornando-se uma das nossas principais ferramentas de divulgação de informações relevantes e sendo um instrumento fundamental para o acompanhamento e mensuração de nossas ações e resultados. Agradecemos o empenho e a dedicação de todos os nossos colaboradores e parceiros, os quais foram fundamentais para o alcance de todos os resultados aqui apresentados.

Desejo a todos uma boa leitura!

Edevania

Contadora **Elys Tevania Alves de Souza Carvalho**
Diretora Executiva

Sumário

Clique e navegue pelos capítulos

- Mensagem do Presidente 04
- Quem Somos 05

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

- O CFC 07
- Ambiente Externo 08
- Principais canais de comunicação com a sociedade 09
- Cadeia de Valor 10

Riscos, Oportunidades e Perspectivas

- Riscos, Oportunidades e Perspectivas 12
- Fluxo de Operacionalização 12

Governança, Estratégia e Desempenho

- Estratégia 15
- Governança 16
- Alocação de Recursos 20
- Desempenho 21
- Gestão de Pessoas 34
- Gestão de Licitações e Contratos, incluindo o de TI 36

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

- Declaração da Contadora do CFC 40
- Gestão Orçamentária e Financeira 41
- Gestão Patrimonial e Infraestrutura 43
- Gestão de Custos 44
- Balanço Patrimonial (BP) 45
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) 46
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) 46
- Balanço Financeiro (BF) 46
- Balanço Orçamentário (BO) 47
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) 48
- Restos a Pagar Processados (RPP) 48
- Notas Explicativas (NE) às Demonstrações Contábeis em 31/12/2021 49

#SomosContabeis

Mensagem do Presidente

Os dois últimos anos foram marcados por um triste período histórico que jamais será esquecido. Durante os anos de 2020 e 2021, o mundo enfrentou uma pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19), fator que alterou para sempre o modo de viver das pessoas e a percepção do mundo a sua volta. Agora, as vésperas do ano de 2022, percebemos os primeiros sinais de uma lenta recuperação e renovamos nossa esperança na chegada de dias melhores, após esta lastimável crise econômica e social.

No Brasil, o grande volume de novas normas publicadas pelo Governo federal, com o intuito de mitigar os impactos da pandemia, obrigaram as empresas e a sociedade a se adaptarem em um curto espaço de tempo, reforçando ainda mais a essencialidade do profissional da contabilidade, de sua constante atualização frente às mudanças do mercado e de seu compromisso com o desenvolvimento-econômico sustentável do país.

Durante o ano de 2021, mesmo quando já estávamos um pouco mais adaptados à nova realidade trazida pela pandemia de Covid-19, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) manteve ativo o Comitê de Gerenciamento de Crise, outrora instituído para administrar soluções e medidas de enfrentamento à pandemia, sempre na busca de manter a saúde e a integridade física de nossos colaboradores. Uma das principais medidas instauradas foi a manutenção do teletrabalho em esquema de rodízio, no qual os funcionários se alternavam entre o trabalho presencial e o trabalho remoto, como forma de evitar maiores aglomerações nas instalações físicas do CFC. De fato, nosso principal objetivo para o ano de 2021 foi manter os devidos cuidados com relação à pandemia que ainda nos cercava, ao passo que trabalhávamos incansavelmente para reverter, na medida do possível, as danosas consequências oriundas desse período, em especial, auxiliando o profissional da contabilidade no trato dessa abrupta transformação social trazida pelo período pandêmico. Nesse sentido, traremos neste relatório as ações traçadas para mitigar os efeitos resultantes da pandemia e as inovações realizadas nos procedimentos executados pelo CFC.

No âmbito da Fiscalização, uma das áreas mais importantes para o Sistema CFC/CRCs, foram julgados 1.222 processos ao longo do exercício de 2021, todos em conformidade com a meta de prazo total para o julgamento, que foi de 120 dias. Também houve, por parte dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), o retorno gradual da realização de diligências presenciais, com vistas a otimizar a execução dos trabalhos de fiscalização nos estados.

Na área de Registro, a obrigatoriedade da aprovação em Exame de Suficiência para a obtenção de registro profissional e a flexibilização das orientações nacionais e internacionais das autoridades de saúde acerca do distanciamento social possibilitaram ao CFC retomar, nesse período, o formato de aplicação da prova, retornando à modalidade presencial. No exercício de 2021, o CFC também pôde voltar a realizar as duas edições do exame, como é de costume, e contamos com a participação de mais de 78 mil candidatos ao todo e um índice de aprovação médio de 21%. Outro importante fator relacionado ao registro de profissionais foi a publicação da Resolução CFC nº 1.645/2021, que aprova a concessão de registro profissional aos técnicos em contabilidade que concluíram o curso até 14 de junho de 2010.

Contador Zulmir Ivânio Breda,
Presidente do CFC

Com vistas a atender ao disposto na Lei n.º 12.249/2010, que define a promoção da educação continuada como competência dos Conselhos de Contabilidade, o Sistema CFC/CRCs realiza, de forma sistêmica, eventos, projetos e atividades com temas de interesse da classe contábil. Devido ainda ao período de pandemia, houve a manutenção da redução da pontuação anual mínima exigida para o cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), de 40 para 20 pontos. Além disso, o Sistema CFC/CRCs intensificou a realização de eventos híbridos e virtuais para a capacitação da classe contábil, em especial, com temas voltados à inovação, tecnologia e à segurança da informação.

As decisões do Plenário, órgão deliberativo superior do CFC, são regidas pelo interesse do exercício da profissão, promovendo medidas necessárias à sua regularidade e defesa. Partindo dessa premissa e com a possibilidade da flexibilização das medidas de distanciamento social, a partir de agosto de 2021, as reuniões regimentais puderam retornar à modalidade totalmente presencial, mantendo todos os protocolos de prevenção à Covid-19, e os projetos e decisões aprovadas pelo órgão foram intensificados, visando propiciar à classe contábil as ferramentas necessárias para a retomada do crescimento econômico do país.

No que se refere às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e a outros atos normativos, como Orientações Técnicas (OTGs) e Comunicados Técnicos (CTGs), um dos destaques em 2021 foi a aprovação das novas normas para pequenas e médias empresas (PME). Com linguagem simplificada e mais moderna, as NBC TGs 1001 e 1002 trouxeram um maior nível de detalhamento acerca dos procedimentos contábeis aplicados a esse rol de empresas que, inclusive, são maioria no mercado brasileiro. Ainda no âmbito da publicação de normas, o CFC também publicou a NBC TG 900, que trata sobre contabilidade para entidades em liquidação, matéria não regulamentada anteriormente no Brasil. Outro importante marco normativo alcançado durante o ano de 2021 foi a publicação da Resolução CFC nº 1640/2021, que substitui a antiga Resolução CFC nº 560/1983 e trata das prerrogativas exclusivas e compartilhadas dos profissionais da contabilidade. Durante o ano de 2021, também concluímos o processo de convergência da contabilidade pública aos padrões estabelecidos nas normas internacionais e o anterior Grupo Assessor das Normas Aplicadas ao Setor Público, agora passa a ser Comitê Permanente das Normas Aplicadas ao Setor Público.

Já na área de Política Institucional, estreitamos o relacionamento com as entidades internacionais. Ao lado da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), o CFC participou de 179 conferências virtuais e 164 reuniões, com destaque especial à realização da 34ª edição da Conferência Interamericana de Contabilidade (CIC), em modalidade híbrida, sediada na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, entre os dias 19 e 21 de outubro de 2021, que contou com participantes de toda a América Latina. Também não podemos deixar de mencionar as parcerias bem-sucedidas entre o CFC e outras entidades nacionais e internacionais, como STN, CVM, Febraban, IRB, Ibracon, IASB, Ifac, Fundação IFRS, Glenif e Cilea.

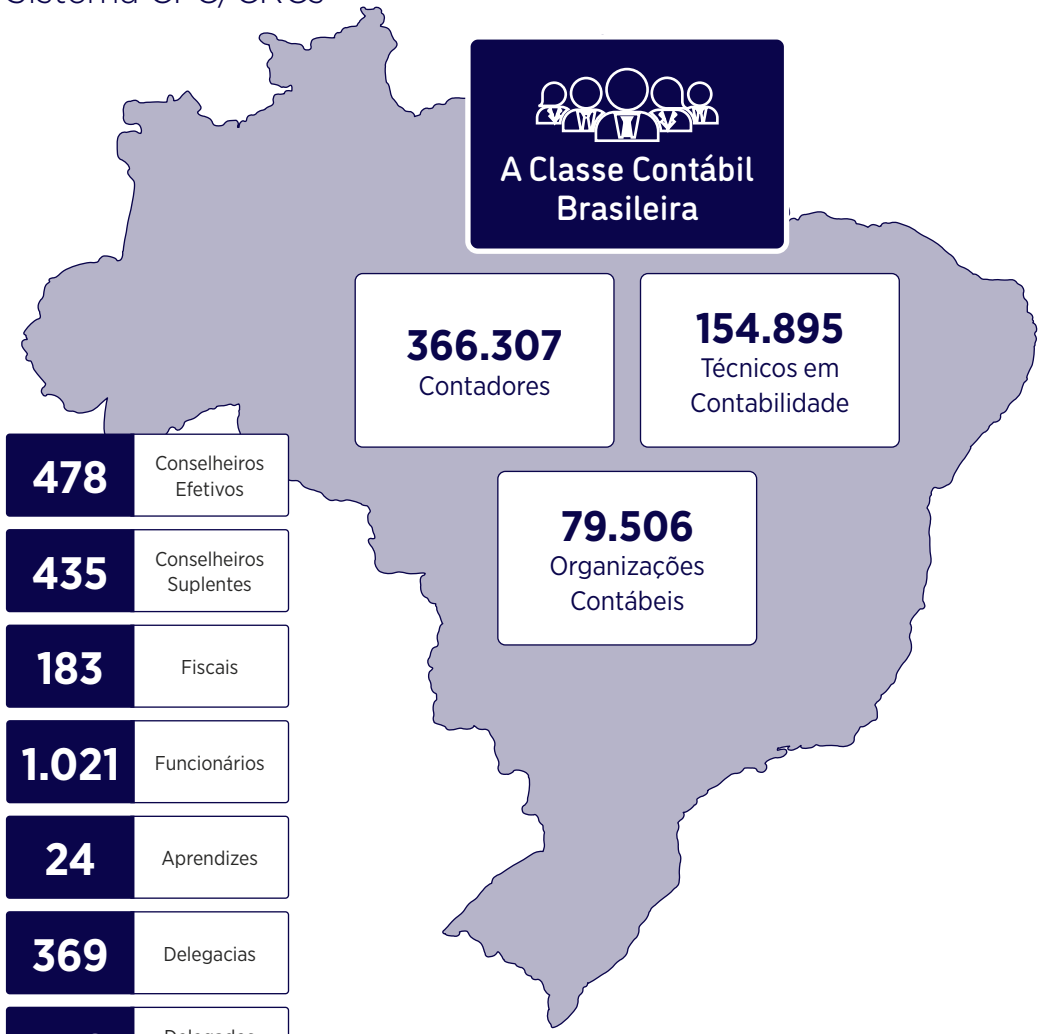
No ano de 2021, também direcionamos esforços à manutenção do nosso planejamento de governança, que, em parceria com os CRCs, tem se mostrado cada vez mais eficaz em garantir excelência, ética e transparência na prestação de nossos serviços. Como resultado desses esforços, o CFC garantiu a 1ª posição na avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre governança pública, na categoria "Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas." Também devemos destacar os avanços relacionados a matérias, como proteção de dados pessoais e segurança da informação. Com a modernização dos processos e a globalização da informação, é fundamental que esses assuntos estejam sempre pautados em nosso cotidiano, e é por isso que, no exercício de 2021, o CFC aprovou 13 políticas relacionadas ao tema. Além disso, no ano de 2021, alcançamos um ponto alto no que se refere à integridade, pois fomos certificados pela ISO 37001, que diz respeito ao sistema de gestão antissuborno.

Por fim, ressalto que o Relatório Integrado de 2021, além de apresentar, de forma sumária, as atividades executadas pelo CFC durante o ano, é produto do gerenciamento de uma grande crise e de inúmeros desafios, os quais continuarão sendo enfrentados nos anos seguintes, na esperança de uma recuperação contínua resultante de um esforço coletivo. O CFC segue fielmente seu objetivo de não poupar esforços para ajudar o Brasil a vencer os efeitos da pandemia o mais breve possível e continuará ampliando o seu trabalho em prol da recuperação econômica e social do país. Desejo a todos uma boa leitura!

Contador Zulmir Ivânio Breda
Presidente do Conselho Federal de Contabilidade

Quem somos

Números do Sistema CFC/CRCs



478	Conselheiros Efetivos
435	Conselheiros Suplentes
183	Fiscais
1.021	Funcionários
24	Aprendizes
369	Delegacias
576	Delegados Representantes

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

O CFC

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é uma Autarquia Especial Corporativa dotada de personalidade jurídica de direito público. Criado e regido por legislação específica, – Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946 –, foi alterado pela Lei n.º 12.249 no ano de 2010.

Sua estrutura, organização e funcionamento são regulamentados pela Resolução CFC n.º 1.612/2021, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

O Plenário da entidade é integrado por um representante de cada estado e mais o Distrito Federal, no total de 27 conselheiros efetivos e igual número de suplentes – Decreto-Lei n.º 1.040/1969, alterado pela Lei n.º 11.160/2005 e pela Lei n.º 12.932/2013.

São funções do Conselho Federal de Contabilidade

- Registrar, fiscalizar, orientar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil em todo o território nacional, por meio dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), cada um deles em sua base jurisdicional (estados e Distrito Federal).
- Regular sobre o Exame de Suficiência, o Cadastro de Qualificação Técnica e os Programas de Educação Continuada;
- Editar Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) de naturezas técnica e profissional e os Princípios de Contabilidade e Orientações Técnicas.

Principais normas da entidade clique e leia

Decreto-Lei n.º 9.295/1946	Decreto-Lei n.º 9.710/1946
Lei n.º 570/1948	Lei n.º 4.695/1965
Decreto-Lei n.º 1.040/1969	Lei n.º 5.730/1971
Lei n.º 11.160/2005	Lei n.º 12.249/2010
Resolução CFC n.º 1.370/2011	Lei n.º 12.932/2013

Missão

Inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, e zelar pela ética e pela qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

Visão

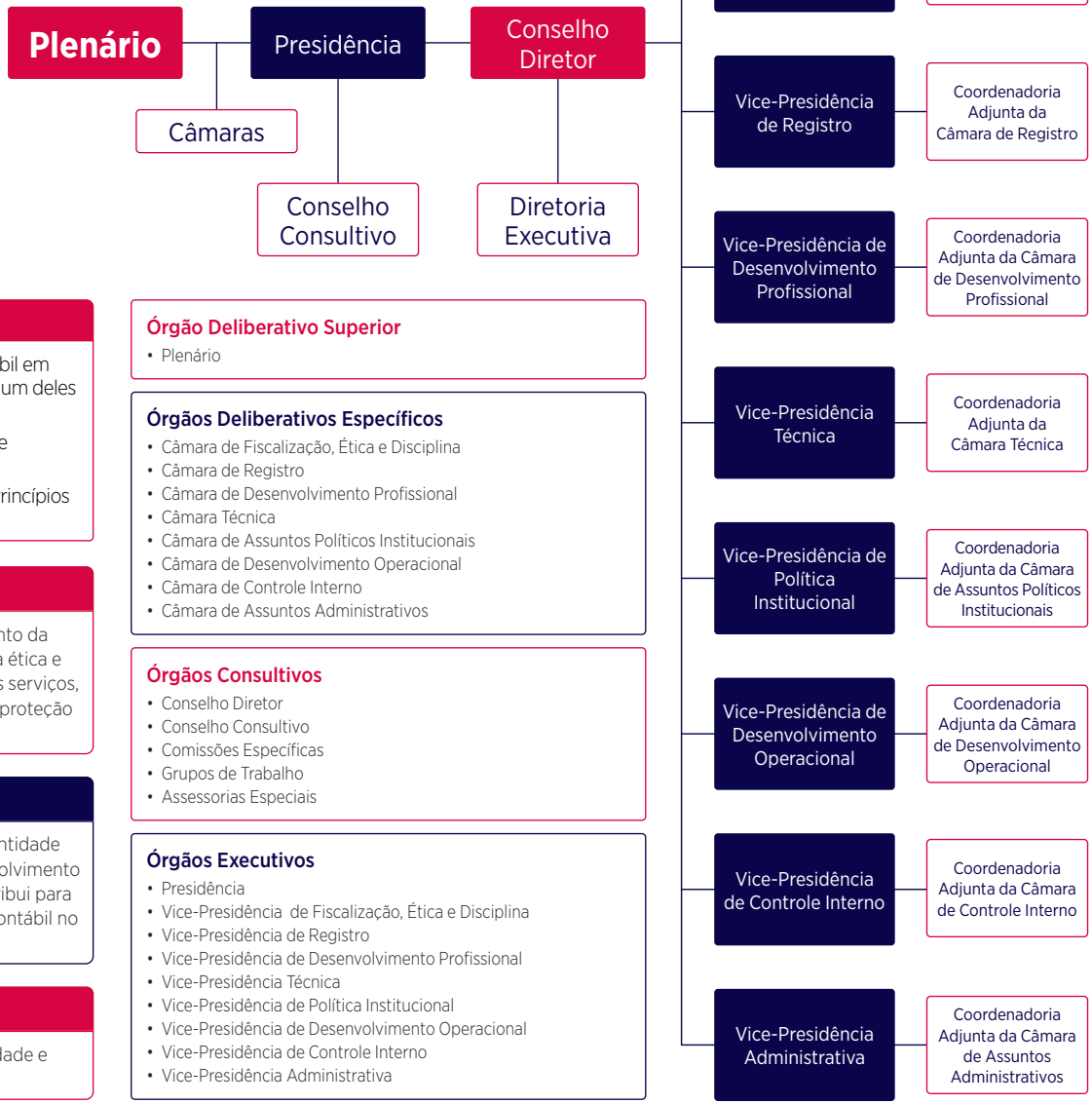
Ser reconhecido como uma entidade profissional partícipe no desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público.

Valores

Ética, Excelência, Confiabilidade e Transparência.

Organograma

O CFC apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Órgão Deliberativo Superior

- Plenário

Órgãos Deliberativos Específicos

- Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina
- Câmara de Registro
- Câmara de Desenvolvimento Profissional
- Câmara Técnica
- Câmara de Assuntos Políticos Institucionais
- Câmara de Desenvolvimento Operacional
- Câmara de Controle Interno
- Câmara de Assuntos Administrativos

Órgãos Consultivos

- Conselho Diretor
- Conselho Consultivo
- Comissões Específicas
- Grupos de Trabalho
- Assessorias Especiais

Órgãos Executivos

- Presidência
- Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina
- Vice-Presidência de Registro
- Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional
- Vice-Presidência Técnica
- Vice-Presidência de Política Institucional
- Vice-Presidência de Desenvolvimento Operacional
- Vice-Presidência de Controle Interno
- Vice-Presidência Administrativa

Ambiente Externo

Mitigar os impactos resultantes da pandemia de Covid-19 e ajudar na recuperação econômica e social do Brasil. Entre tantas missões da classe contábil brasileira, esta foi a principal delas no ano de 2021. Após bruscas adaptações e ações imediatistas necessárias em 2020, desta vez, os profissionais da contabilidade, conscientes da responsabilidade que possuem para o desenvolvimento sustentável do País, promoveram papéis mais estratégicos para driblar a crise econômica e sanitária, exercendo a essencialidade da classe contábil no estudo, na interpretação, aplicação e na gestão de todos os normativos criados durante a pandemia.

Nesse novo cenário, as questões ligadas ao meio ambiente, à responsabilidade social e às melhores práticas de governança tornaram-se primordiais para o Conselho Federal de Contabilidade. E como resultado das ações planejadas no início do ano, chegamos ao final de 2021 garantindo índices altamente gratificantes, como, por exemplo, a classificação em 1º lugar do CFC na avaliação do Tribunal de Contas (TCU) sobre Governança Pública entre os conselhos federais de profissões regulamentadas; a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); e a certificação pela ISO 9001 e 37001, que prevê boas práticas no Sistema de Gestão da Qualidade e Antissuborno.

Cientes de que a pandemia ainda não estava superada e de que continuava a fazer vítimas por todo o planeta e a impactar o cenário econômico mundial, já no primeiro semestre do ano, o CFC trabalhou para a prorrogação de diversos prazos de entregas de documentos, tais como a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) (Ofício CFC-Direx nº 251/2021); Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) (Ofício CFC-Direx nº 291/2021); e transmissão da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) (Ofício CFC-Direx nº 648/2021).

Além disso, o CFC intensificou um programa para que os profissionais e as organizações contábeis pudessem regularizar suas situações com os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). Durante o ano, foram publicadas diferentes resoluções que trataram do Regime de Parcelamento de Créditos de Anuidades e Multas (Redam). As publicações davam à classe a possibilidade de parcelamento de débitos, ampliação de prazo de pagamento, assim como a redução sobre multa de mora e juros.

Com a finalidade de reduzir os impactos sociais gerados pelo novo coronavírus, o Programa Pátria Voluntária e a Fundação Banco do Brasil desenvolveram uma campanha de arrecadação de doações voltadas para organizações sociais. Para somar forças à ação, o Programa Voluntariado da Classe Contábil tornou-se parceiro do projeto, contribuindo para ampliar o volume de doações arrecadadas.

No âmbito da educação profissional continuada, o CFC, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), lançou o programa Contador Parceiro: Construindo o Sucesso, oferecido gratuitamente e disponibilizado na modalidade Ensino a Distância (EaD). O objetivo é oferecer aos profissionais da contabilidade possibilidades para a ampliação de habilidades de gestão e o fortalecimento do perfil mais estratégico e consultivo do contador.

Adaptados ao mundo híbrido, retomamos eventos importantes de política institucional e capacitação. Vários foram os eventos da classe contábil que oferecem as modalidades presencial e on-line, simultaneamente, como foi o caso da 34ª Conferência Interamericana de Contabilidade (CIC) em conjunto com a 18ª Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CCRS).

No âmbito internacional, o Sistema CFC/CRCs esteve junto dos órgãos internacionais, como, por exemplo, da Federação Internacional de Contadores (Ifac) e da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), trocando experiências para o enfrentamento da crise econômica mundial.

No ano em que se comemoram os 75 anos de criação do Sistema CFC/CRCs, as entidades exerceram um papel essencial aos profissionais da contabilidade para que eles pudessem garantir a saúde financeira das empresas e a assertiva gestão dos recursos públicos. Prova disso está no balanço das atividades do Ministério da Economia, divulgado no dia 17 de dezembro, que já mostra expressiva recuperação econômica e a retomada dos empregos.

De acordo com a pasta, ao longo de 2021, a economia mostrou continuidade de recuperação. Notou-se o bom resultado da atividade no acumulado do ano, crescendo 5,7% até o terceiro trimestre de 2021, ante o mesmo período do ano anterior. O destaque são os serviços que têm se recuperado consistentemente à medida que diminuem as restrições de mobilidade social e melhora a confiança de empresários e de consumidores, em grande parte devido à expansão da vacinação em massa. No tocante ao mercado de trabalho, destacou-se que, no terceiro trimestre de 2021, foram criados 3,6 milhões de vagas de trabalho, ou seja, houve aumento, em média, de 1,2 milhão de postos de trabalho por mês.

Esses últimos dois anos foram absolutamente incomuns, pois não tínhamos um outro referencial para sabermos como lidar com um momento tão singular. O que nos conforta é que, no período, apesar das turbulências, alcançamos inúmeras vitórias, quando obtivemos resultados bastante satisfatórios, especialmente no quesito "cumprimento das metas".

Conscientes de nossa responsabilidade no sentido de assegurar o exercício da profissão, buscamos perante as autoridades federais a adequação de prazos para cumprimento das obrigações acessórias e a promoção de orientação à classe sobre as medidas emergenciais adotadas pelo Governo para salvar as empresas. Soubemos driblar a crise sanitária e chegar ao final de 2021 com a sensação do dever cumprido.

Se antes não tínhamos parâmetros para visualizar as dificuldades oriundas de um momento tão difícil, hoje temos certo *know how* para entendermos que somente com a união de esforços é que conseguimos ser mais fortes. E isso foi suficiente. Unimos a força do Sistema CFC/CRCs com a das entidades parceiras e garantimos a nossa governabilidade.

Mesmo com as perdas e dificuldades familiares que muitos enfrentaram, conseguimos atravessar os obstáculos e atingimos nossas metas e cumprimos, com o nosso maior empenho, as diretrizes traçadas para o biênio, garantindo o êxito da gestão e, por extensão, aos mais de 520 mil profissionais, que não arredaram de seu compromisso maior de contribuir com o desenvolvimento do nosso país por meio do nobre trabalho contábil.

Principais canais de comunicação com a sociedade

Ser transparente em suas ações é um dever que o Sistema CFC/CRCs tem para com os profissionais da contabilidade e para com a sociedade em geral. De forma organizada e conjunta, o trabalho desenvolvido pelo Sistema possibilita um efetivo controle social por parte dos profissionais e cidadãos que utilizam os serviços contábeis. Este trabalho inclui a Ouvidoria, o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) e o Portal da Transparência e Prestação de Contas.

Ouvidoria

Espaço de diálogo com a sociedade para receber sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias, que permite ao CFC atuar de forma mais eficiente, elevando a qualidade de atendimento e melhorando os processos e serviços da entidade.

Para o cumprimento de seus objetivos e a busca da satisfação do usuário, a Ouvidoria trabalha em conjunto com as áreas do CFC para a emissão de respostas objetivas, diretas e precisas, atentando-se a resolver a demanda no menor tempo possível e dando solução ao usuário.

Mais informações **acesse**

3.862
Manisfestações em 2021

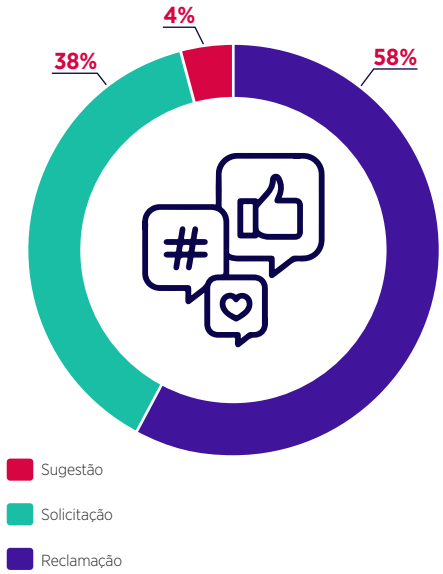
58% Avaliações positivas

11 dias Tempo médio de resposta

43% **São Paulo** foi o estado com maior registro de manifestações

Área com maior demanda
28%
Registro

Assunto mais frequente
56%
Exame de Suficiência



OBS.: Em 2021, não houve manifestações de *Denúncia Anônima* e no *Simplifique!*, e as manifestações de *Denúnica* e *Elogio* foram inferiores a 0,25%.

Portal da Transparência e Prestação de Contas

14.277 acessos em 2021

Modalidade de transparência ativa

Canal de comunicação para disponibilizar dados e informações públicas do Sistema CFC/CRCs para a classe contábil e a sociedade brasileira. Para garantir maior transparência dos atos de gestão praticados pelo CFC, o Portal da Transparência passa por constantes melhorias. Em 2021, novas práticas foram adotadas para atendimento da IN-TCU n.º 84/2020.

Mais informações **acesse**

ASSUNTOS MAIS ACESSADOS EM 2020

Quadro de Pessoal	26%
Demonstrações Contábeis e Prestação de Contas	18%
Atos Normativos	13%
Demonstrações Contábeis e Prestação de Contas	12%

Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)

Modalidade de transparência passiva

Canal de comunicação entre o cidadão e o CFC para atendimento dos pedidos de informação relacionados à Lei de Acesso à Informação. O sistema centraliza as entradas e saídas de todos os pedidos de acesso dirigidos ao Sistema CFC/CRCs, com a finalidade de organizar e facilitar os procedimentos de acesso à informação aos cidadãos.

Mais informações **acesse**

2021
43 Pedidos
12 Recursos

Comunicação Institucional

- **157.160** seguidores
- **77.913** seguidores
- **25.533** seguidores
- **205.687** seguidores

Acessos ao portal do CFC	1.561.249
Leitores do Jornal do CFC	1.243
Leitores do CFC Informa *(boletim eletrônico)*	1.670.984

Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor do Sistema CFC/CRCs representa os quatro pilares da Lei de Regência – registrar, orientar e normatizar, fiscalizar o exercício da profissão contábil e promover a educação eontinuada dos profissionais da contabilidade – e a forma como esses se inter-relacionam para gerar e entregar valor à sociedade, cumprindo-se, assim, a sua missão.

Cadeia de Valor Finalístico	Áreas que atuam na Cadeia de Valor	Valor Agregado
Governança, Gestão de Riscos e *Compliance*	Presidências dos Conselhos de Contabilidade	Assegurar uma gestão de excelência
Gestão Orçamentária dos Conselhos de Contabilidade	Presidências, Vice-Presidências de Desenvolvimento Operacional e Administrativas	Assegurar a sustentabilidade orçamentária, financeira e operacional
Gestão de Arrecadação de Recursos	Vice-Presidências de Desenvolvimento Operacional/Setores de Cobrança	Maximizar a arrecadação das anuidades e multas
Gestão Ética e Disciplinar da Profissão Contábil	Vice-Presidências de Fiscalização, Ética e Disciplina	Assegurar a observância da ética profissional e das Normas Brasileiras de Contabilidade
Gestão do Exame de Suficiência nos Conselhos de Contabilidade	Vice-Presidência de Registro do CFC	Assegurar a qualidade do Exame de Suficiência para a habilitação legal dos bacharéis em Ciências Contábeis
Gestão de Registro nos Conselhos de Contabilidade	Vice-Presidências de Registro	Garantir a colocação no mercado de trabalho de profissionais habilitados, competentes e que prestem serviços à sociedade com qualidade
Regulação da Conduta do Profissional e da Técnica Contábil	Vice-Presidência Técnica do CFC	Assegurar a emissão das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas e Profissionais
Relacionamento com Entidades Internacionais	Vice-Presidência Técnica do CFC	Propiciar a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais
Relacionamento Institucional	Presidências e Vice-Presidências de Política Institucional	Realizar parcerias estratégicas que assegurem o reconhecimento como uma entidade profissional partícipe do desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil
Solução de Tecnologia da Informação do Sistema CFC/CRCs	Vice-Presidências de Desenvolvimento Operacional e Administrativas	Garantir a inovação, a segurança e a qualidade da informação
Sustentabilidade	Vice-Presidências Administrativas	Assegurar a sustentabilidade nos processos e na gestão de pessoas
Gestão dos Controles Internos	Vice-Presidências de Controle Interno	Garantir a padronização dos procedimentos, a integridade e a transparência
Gestão da Educação Continuada	Vice-Presidências de Desenvolvimento Profissional	Assegurar a excelência do Programa de Educação Continuada no desenvolvimento de competências e de habilidades dos profissionais da contabilidade

Entrega de Valor

Contabilidade como fator de proteção do interesse público

Riscos, Oportunidades e Perspectivas

Riscos, Oportunidades e Perspectivas

Para o CFC, a busca por entender quais são os riscos associados ao desenvolvimento de suas atividades e projetos é imprescindível para o sucesso e o alcance dos objetivos estratégicos da instituição.

Dessa forma, as diretrizes do processo de gestão de riscos foram estabelecidas pela Resolução CFC nº 1.528/2017, que institui a Política de Gestão de Riscos, e pela Resolução CFC nº 1.532/2017, que define o Plano de Gestão de Riscos. Enquanto a Política tem a finalidade de estabelecer os princípios, as diretrizes e as responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos, o Plano detalha a metodologia, descreve os procedimentos a serem utilizados, os conceitos e os papéis e instrui as diretrizes de monitoramento e comunicação aos eventos de riscos identificados, sempre com vistas à concretização dos objetivos estratégicos, ao melhor uso de recursos e à maior eficiência no desempenho das ações institucionais.

Considerando as camadas de controle estabelecidas pelo CFC na identificação, na resposta, no controle e monitoramento dos riscos, no modelo de gestão de riscos do CFC está disposto de acordo com o seguinte diagrama:

O Comitê de Gestão de Riscos do CFC foi nomeado pela Portaria CFC n.º 263/2020 e, entre outras atribuições, possui a responsabilidade de orientar os gestores de riscos no levantamento e na execução da Gestão de Riscos, propondo os ajustes e medidas preventivas e proativas necessárias para otimização do processo.

Fluxo de Operacionalização

Após o estabelecimento do contexto das etapas que constituem o processo de avaliação de riscos e de definição do melhor tratamento a ser adotado, as fases de monitoramento e da comunicação se configuram como etapa contínua, que ocorre durante todos os estágios do Processo de Gestão de Riscos, uma vez que asseguram o acompanhamento dos eventos de risco, das suas alterações, dos sucessos e dos fracassos e possibilitam o ajuste da resposta e dos planos de ação.

Assim, com o monitoramento, todos os riscos que são classificados como altos e extremos, além dos riscos de integridade, recebem acompanhamento especial do Conselho Diretor do CFC. Como são considerados riscos mais sensíveis ao alcance dos objetivos, o monitoramento mensal permite acompanhar de modo mais preciso a execução do tratamento definido e se este está obtendo a eficácia necessária para sua mitigação.

Nesse sentido, é fundamental que todo o corpo diretivo e funcional esteja alinhado com as diretrizes do processo de gestão de riscos e coloque em prática sua execução no âmbito das atividades e dos processos desenvolvidos, pois a aplicação correta, estruturada e sistemática da gestão de riscos proporciona razoável segurança na conquista dos objetivos; na tomada de decisões; no planejamento das atividades; na redução das perdas e custos; na eficiência operacional; no uso dos recursos; e, consequentemente, na melhoria da prestação do serviço.

Para otimizar tal processo de gestão, em 2021, o CFC investiu na contratação de um sistema de gerenciamento de riscos, a fim de garantir a melhoria no monitoramento dos planos de ação estabelecidos e uma maior confiabilidade das informações. O sistema está em fase final de validação do fluxo de processos e customização do manual do usuário. A previsão é de que seja colocado em produção a partir de janeiro de 2022.

Em 2021, além da reavaliação dos riscos das unidades organizacionais do CFC, foram mapeados os riscos relacionados ao Código de Conduta para os Conselheiros, Colaboradores e Funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Tais matrizes de riscos foram elaboradas com a finalidade de identificar os eventos que pudessem comprometer o alcance dos objetivos de cada normativo ou sua implantação, bem como estabelecer as melhores estratégias para minimizar sua eventual ocorrência e/ou impacto.

Painel de Riscos

Principais riscos e oportunidades

Eventos de Risco	Categoria do Risco	Risco Residual	Resposta	Plano de Ação
Falta de Adequação do Sistema de Diárias e Passagens ao Plano de Logística Sustentável (PLS)	Operacional	Risco Alto	Mitigar	Desenvolver ou melhorar o sistema para que os processos tramitem sem a necessidade de impressão – assinatura digital e outras funcionalidades.
Ausência do Plano de Prevenção de Combate a Incêndio (PPCI)	Conformidade	Risco Alto	Mitigar	Foi concluída a instalação do sistema de detecção de incêndio. Entretanto, será necessário concluir a obra de troca dos corrimãos e guarda-corpos. Após a conclusão da obra, o projeto será finalizado e atenderá às exigências do Corpo de Bombeiros quanto ao funcionamento do Sistema de Detecção de Alarme e Incêndio.
Coleção Excessiva de Dados Pessoais	Conformidade	Risco Alto	Mitigar	Foi realizada a contratação de consultoria especializada, que está acompanhando o trabalho de inventário de dados pessoais dos projetos das unidades organizacionais do CFC.
Ausência de Manual de Controle Patrimonial, Contratação e Fiscalização de Contratos	Integridade	Risco Médio	Mitigar	Elaboração do Manual de Patrimônio – instituição de comissão para análise da minuta do Manual de Patrimônio. Adoção do Manual da CGU de Contratação e Fiscalização de Contratos, com adaptação de modelos para o CFC, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.
Possibilidades de Manipulação das Passagens Aéreas pelas Agências	Integridade	Risco Baixo	Mitigar	Manutenção dos controles de acompanhamento dos valores dos bilhetes reservados com os praticados no mercado. Conferência das faturas com os valores disponíveis na companhia aérea.

Principais oportunidades e ações de fomento

Oportunidades
Normatização externa de transparência, acesso à informação e ouvidoria.

Ação de fomento
Acompanhar, periodicamente, a legislação que trata sobre a matéria, acórdãos do TCU, decretos do Governo federal, súmulas pertinentes à Comissão Mista de Reavaliação de Informações da Casa Civil, portal da CGU e Ementário de Gestão Pública.

Oportunidades
Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU).

Ação de fomento
Acompanhar a emissão de acórdãos emitidos pelo TCU e providenciar o tratamento das determinações/recomendações.

Oportunidades
Parcerias com entidades públicas e sem fins lucrativos, com o objetivo de fomentar a fiscalização profissional e o aprimoramento das atribuições institucionais do CFC.

Ação de fomento
Divulgar as parcerias firmadas pelo CFC e estimular os CRCs a também firmarem parcerias estratégicas para o alcance dos Objetivos Estratégicos do Sistema CFC/CRCs.

Oportunidades
Acesso a novas tecnologias.

Ação de fomento
Acompanhar as inovações tecnológicas aplicáveis aos processos desenvolvidos e Objetivos Estratégicos do Sistema CFC/CRCs.

Oportunidades
Participação em grupos de estudo e *boards*, em entidades nacionais e internacionais.

Ação de fomento
Participar de grupos de estudo e de discussões técnicas de interesse da classe contábil em entidades como Ifac, Iasb, CPC e Ibracon.

Oportunidades
Divulgação, pela grande imprensa, dos trabalhos desenvolvidos pelo CFC.

Ação de fomento
Organizar o clipping digital e elaborar Plano de Comunicação.

Oportunidades
Reconhecimento do CFC como porta-voz da classe contábil pela imprensa.

Ação de fomento
Controlar as solicitações de entrevistas para atendimento das demandas e disponibilizar acesso de imprensa no site do CFC.

Riscos por categoria

Governança, Estratégia e Desempenho

Estratégia

O Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs para o decênio 2018/2027 foi aprovado pela Resolução CFC n.º 1.543, de 16 de agosto de 2018, o qual se encontra representado em seu mapa estratégico cujo monitoramento é realizado por meio do Sistema de Gestão por Indicadores (SGI). Por meio dos 35 indicadores estabelecidos no Manual SGI, são realizados o acompanhamento das ações planejadas para os projetos/atividades e a mensuração dos resultados obtidos.

1. Gestão de Fiscalização

Investimento total:
R$ 29.775.127,37

Projetos em destaque:

Reuniões Regimentais	5
Fundo de Integração e Desenvolvimento da Profissão Contábil (Fides)	9

2. Gestão de Registro Profissional

Investimento total:
R$ 7.542.262,49

Projeto em destaque:

Registro de Profissionais e Organizações Contábeis	9
Exame de Suficiência	5

3. Gestão de Educação Continuada

Investimento total:
R$ 3.172.822,61

Projetos em destaque:

Relacionamento Institucional com Entidades Nacionais e Internacionais	2
Exame de Qualificação Técnica	5

4. Normatização

Investimento total:
R$ 2.975.415,41

Projeto em destaque:

Grupos de estudo e de trabalho para normatização contábil	1
Comitê de Pronunciamentos Contábeis	10

5. Suporte e Apoio a Atividades-Fins

Investimento total:
R$ 14.309.922,47

Projetos em destaque:

Tecnologia da Informação	12
Apoio técnico e operacional aos CRCs	11

1	52%	11 projetos
2	13%	5 projetos
3	5%	21 projetos
4	5%	3 projetos
5	25%	27 projetos

Mapa Estratégico do Sistema CFC/CRCs

MISSÃO
Inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público

VISÃO
Ser reconhecido como uma entidade profissional partícipe no desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público

Resultados Institucionais

1. Fortalecer o ambiente regulatório e garantir as prerrogativas profissionais

Política / Legal

Público e Sociedade

2. Fortalecer a participação sociopolítico-institucional perante as instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil

3. Elevar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade

Responsabilidade Social

4. Firmar parcerias estratégicas

Alinhamento e Integração

5. Atuar como fator de proteção da sociedade

6. Promover a satisfação da classe contábil em relação ao Sistema CFC/CRCs

Iniciativa Institucional

Resultado Econômico

7. Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs

Financeira

Tecnologia e Processos

8. Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos

Governança

9. Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de Educação Continuada, Registro e Fiscalização como fator de proteção da sociedade

10. Elaborar, acompanhar e aperfeiçoar normas de interesse do Sistema CFC/CRCs, da profissão e da Ciência Contábil

Eficiência Operacional

11. Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs

12. Ampliar e integrar o uso da Tecnologia da Informação no Sistema CFC/CRCs

Tecnologia e Inovação

Pessoas e Organização

Pessoas

13. Atrair e reter talentos

Gestão de Pessoas

14. Influenciar a formação das competências e das habilidades dos profissionais, fomentar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs

Gestão do Conhecimento

Organização

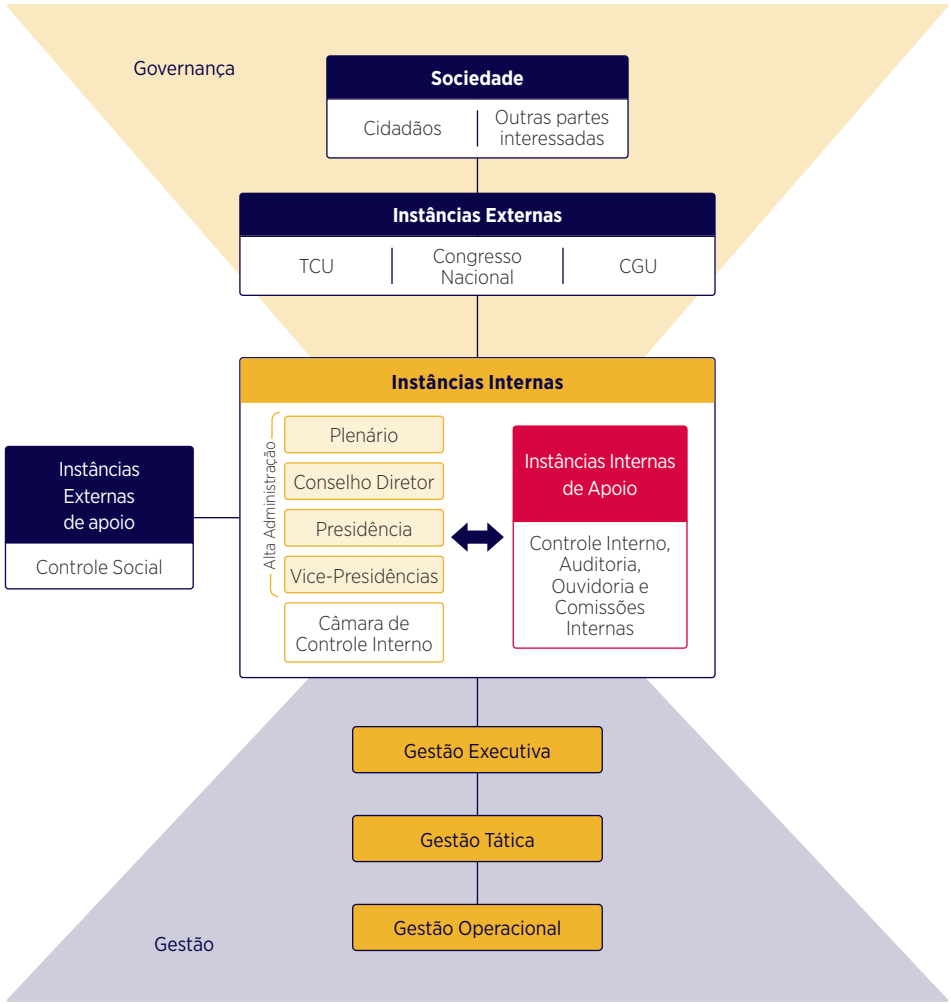
15. Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs

Infraestrutura

Governança

A Governança do Sistema CFC/CRCs está normatizada pela Resolução CFC n.º 1.549, de 20 de setembro de 2018, que definiu a estrutura de organização da Governança do CFC e a estrutura mínima a ser seguida pelos CRCs.

No CFC, a Governança compreende a seguinte estrutura:



No ano de 2021, a Comissão de Integridade, Gestão da Governança e *Compliance* do CFC, instituída pela Portaria nº 337/2021, executou diversas ações em desenvolvimento às atividades de governança no CFC e de acompanhamento às ações promovidas pelos CRCs.

Ações
▪ Realização de reuniões remotas com 23 CRCs, com a finalidade de conferir o desenvolvimento e os resultados das ações de governança promovidas nos Regionais.
▪ Realização de pesquisa com funcionários e colaboradores do Sistema CFC/CRCs, com a finalidade de verificar as lacunas presentes no processo de execução e o nível de maturidade das práticas de Governança nos Conselhos de Contabilidade e traçar estratégias de melhoria.
▪ Debate sobre a Lei n.º 14.129, de 29 de março de 2021, e Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.
▪ Debate sobre a Portaria SEGES/ME n.º 8.678/2021, que dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
▪ Desenvolvimento e adaptação do módulo *Compliance*, do *software* de Auditoria, Gerenciamento de Risco e *Compliance* contratado pelo CFC, para fins de gerenciar o controle das práticas de governança, exclusivamente, via sistema informatizado.
▪ Resposta ao Perfil de Governança e Gestão Pública – Ciclo 2021 – do Tribunal de Contas da União.
▪ Promoção de campanha de comunicação interna e envio periódico de *cards* informativos ao Sistema CFC/CRCs com esclarecimentos sobre Governança, Gestão de Riscos, Conduta, Integridade e Transparência.
▪ Monitoramento das medidas de combate e controle do coronavírus na sede do CFC.
▪ Elaboração da versão 2021 do Plano de Integridade do CFC.
▪ Atualização da linha do tempo com os normativos aprovados em 2021.
▪ Manutenção das informações atualizadas no menu Governança do portal do CFC.
▪ Realização de capacitação pelos integrantes da Comissão e demais colaboradores do CFC.

Para conhecer a Linha do Tempo da Governança no CFC acesse

Além das ações citadas, a comissão também promoveu a atualização das ações do CFC referentes aos componentes dos mecanismos de governança – liderança, estratégia e controle – de acordo com a 3ª edição do Referencial Básico de Governança Pública Organizacional (RBG), publicada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O quadro a seguir demonstra o atendimento às práticas de Governança no CFC:

	Prática	Ato normativo	RGB 2.0 (2014)
Mecanismo Liderança	Estabelecer o modelo de governança	▪ Resolução CFC nº 1543/2018	L3.2
		▪ Decreto-Lei nº 1.040/1969 ▪ Portaria CFC nº 277/2021	L3.3
		▪ Resolução CFC nº 1.528/2017 e 1.532/ 2017 ▪ Portaria CFC nº 263/2020	L3.4
	Promover a integridade	▪ Resolução CFC n.º 1.523/2017	L2.1
		▪ Portaria CFC nº 123/2021 e 280/2020	L2.2
		▪ Portaria CFC nº 337/2021 ▪ Portaria CFC nº 123/2021 e 280/2020	L2.3
	Promover a capacidade da liderança	▪ Resolução CFC n.º 1.608/2020 ▪ Resolução CFC nº 1.536/2017	L1.1
		▪ Portaria CFC n.º 65/2021	L1.2
		▪ Portaria CFC n.º 169/18 e 281/2019	L1.3
		▪ Resolução CFC nº 1.612/2021 ▪ Resolução CFC nº 1.536/2017	L1.4

	Prática	Ato normativo	RGB 2.0 (2014)
Mecanismo Estratégia	Gerir riscos	▪ Resolução CFC nº 1.616/2021 ▪ Sistema de Gestão da Qualidade; ▪ Resolução CFC nº 1.528/2017 ▪ Resolução CFC nº 1.532/2017	C1.1
		▪ Resolução CFC nº 1.528/2017 ▪ Resolução CFC nº 1.532/2017 ▪ Portaria CFC nº 263/2020	C1.2
	Estabelecer a estratégia	▪ Manual da Qualidade ▪ Plano de Trabalho do CFC ▪ Relatório de Gestão	E1.4
		▪ Resolução CFC n.º 1.543/2018 ▪ Manual da Qualidade do CFC	E2.1
		▪ Resolução CFC n.º 1.543/2018 ▪ Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs ▪ Manual da Qualidade do CFC	E2.2
	Promover a gestão estratégica	▪ Resolução CFC nº 1.543/18 ▪ Manual da Qualidade do CFC ▪ Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs ▪ Resolução que aprova a proposta orçamentária e Plano de Trabalho para o exercício	L3.1
	Monitorar o alcance dos resultados organizacionais		
	Monitorar o desempenho das funções de gestão		E2.3

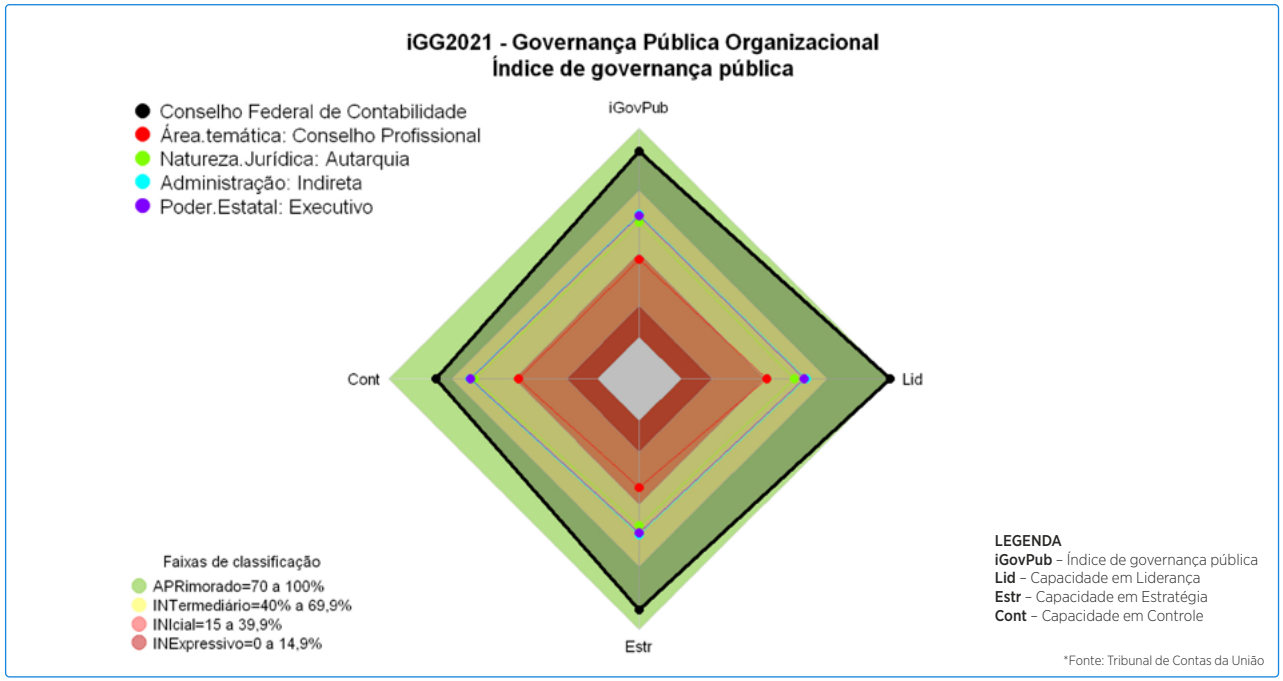
	Prática	Ato normativo	RGB 2.0 (2014)
Mecanismo Controle	Promover a transparência	▪ Art. 5º e Anexo Único da Resolução CFC n.º 1.439/2013	E1.2
		▪ Manual da Qualidade ▪ Plano de Trabalho do CFC ▪ Relatório de Gestão	E1.4
		▪ Resolução CFC nº 1.439/2013 ▪ Resolução CFC nº 1.529/2017	C3.1
	Garantir a accountability	▪ Resolução CFC nº 1.612/2021 ▪ Indicadores 2, 3, 4, 5 e 6 do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs	E1.3
		▪ Manual da Qualidade; ▪ Plano de Trabalho do CFC ▪ Relatório de Gestão	E1.4
		▪ Resolução CFC nº 1.439/2013	C3.2
		▪ Resolução CFC n.º 1.463/2014 ▪ Resolução CFC n.º 1.523/2017 ▪ Portaria CFC n.º 123/21 e 280/2020	C3.4
	Avaliar a satisfação das partes interessadas	▪ Resolução CFC nº 1.612/2021 ▪ Indicadores 2, 3, 4, 5 e 6 do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.	E1.3
		▪ Manual da Qualidade ▪ Plano de Trabalho do CFC ▪ Relatório de Gestão	E1.4
		▪ Resolução CFC nº 1.543/2018	C3.3
	Avaliar a efetividade da auditoria interna	▪ Resolução CFC nº 1.101/2007 ▪ Resolução CFC nº 1.612/2021	L3.5
		▪ Resolução CFC nº 1.616/21	C2.1
		▪ Resolução CFC n.º 1.608/2020 ▪ Resolução CFC nº 1.536/2017	C2.2
		▪ Resolução CFC n.º 1.549/2018 ▪ Indicadores da Qualidade.	C2.3

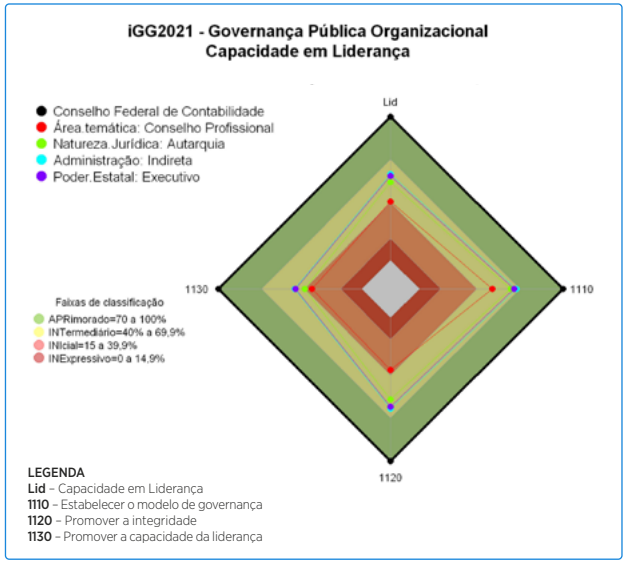
Em relação ao resultado do Perfil de Governança e Gestão Públicas – Ciclo 2021, publicado no Acórdão TCU 2164/2021 – Plenário, o CFC foi classificado em 1º lugar na categoria "Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas", de acordo com a avaliação do TCU.

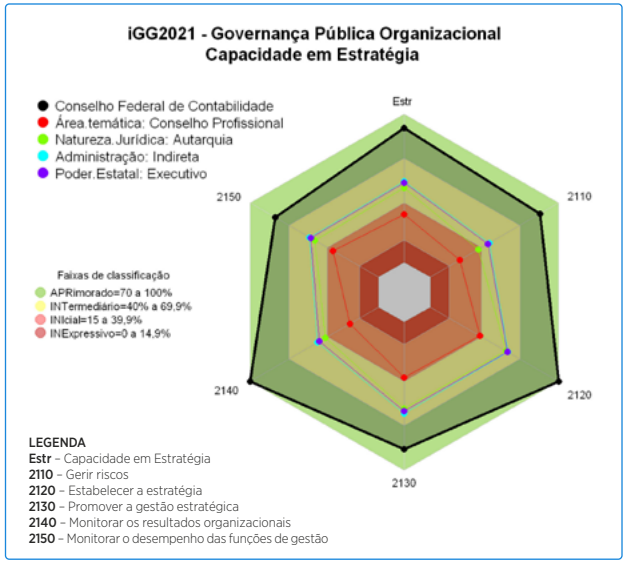
A análise evidenciou que os processos desenvolvidos pelo CFC referentes à governança são considerados aprimorados, demonstrando resultados positivos nos índices de gestão de contratações, na gestão orçamentária, e nas capacidades de liderança, de estratégia e de controle.

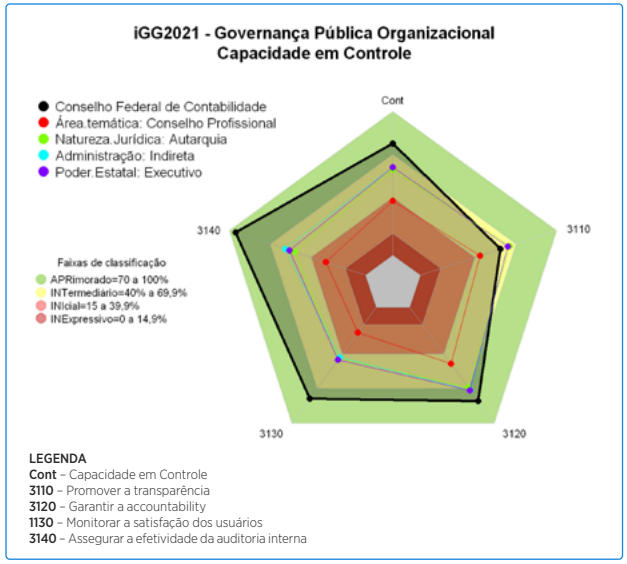
De acordo com os mecanismos de liderança, de estratégia e de controle, foram avaliadas as práticas que contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos.

Mais informações acesse



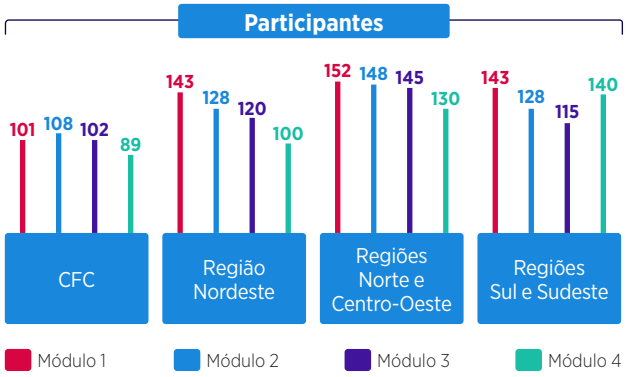






Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

No ano de 2021, o Comitê Gestor de Privacidade e Proteção de Dados (CGPPD) do CFC – Portarias CFC nº 50/2021 e 260/2021 – desenvolve trabalho diligente na identificação do fluxo dos dados pessoais nos projetos executados pelas Unidades Organizacionais (UOs) do CFC e na elaboração de normativos com a finalidade de adequação à Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Para auxiliar esse trabalho, foi contratada empresa especializada na prestação de serviços de consultoria em LGPD, que, em conjunto com o CGPPD, realizou entrevistas individuais para o levantamento e identificação dos dados pessoais tratados em cada área, com o objetivo de construir um inventário completo dos dados pessoais armazenados nas bases do CFC. Além disso, também foram ofertadas capacitações aos funcionários e aos colaboradores do Sistema CFC/CRCs, divididas em módulos e regiões, totalizando 16h de curso para cada participante e 64h de treinamento promovido pela encarregada pelo tratamento de dados pessoais (DPO) do CFC, conforme gráfico a seguir:



Demais atividades desempenhadas, relacionadas à estruturação interna em atendimento à LGPD:

- Elaboração e aprovação de 19 normativos, entre políticas, planos e termos, em adequação à LGPD (disponíveis para consulta na Linha do Tempo).
- Instituição do Comitê de Segurança da Informação (CSI) do CFC.
- Realização da palestra "Boas Práticas de Segurança da Informação", por videoconferência, com 66 participantes, entre funcionários e colaboradores do CFC.
- Realização da palestra "LGPD e a Comunicação", por videoconferência, com 245 participantes, entre funcionários e colaboradores do CFC e dos CRCs.
- Elaboração do Plano de Treinamento e Desenvolvimento de Proteção de Dados (PTDPD), aprovado por meio da Portaria CFC nº 65, de 16 de março de 2021.
- Elaboração e divulgação do Plano de Comunicação para a LGPD, com campanha de orientação interna e externa sobre a definição de logomarca, paleta de cores, tipografia e aplicação, relacionadas à aplicação da lei 13.709/2018 no Sistema CFC/CRCs.
- Promoção de campanha de comunicação e envio de *cards* para divulgação e sensibilização da LGPD no Sistema CFC/CRCs.
- Resposta à auditoria sobre a LGPD promovida pelo Tribunal de Contas da União.
- Adaptações no Sistema de Ouvidoria e no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), para atendimento à LGPD.
- Elaboração e envio de questionário On-line de Cultura Organizacional relacionado à LGPD a todos os colaboradores do CFC.

Sistema de Gestão Integrado

É um modelo integrado de gestão, com foco na Qualidade, Meio Ambiente, Saúde, Segurança Ocupacional e Antissuborno, que foi desenvolvido em conformidade com os requisitos das normas internacionais ISO 9001:2015, ISO 14001:2015, ISO 37001:2017 e ISO 45001:2018.

Desde 2007, o CFC possui a certificação pela Norma ABNT NBR ISO 9001, que define requisitos para o Sistema de Gestão da Qualidade e tem como objetivo fornecer um conjunto de procedimentos padronizados que aperfeiçoe seus processos e sua gestão.

Em 2021, foi realizada a atualização e alteração da política e objetivos da Qualidade para o Sistema de Gestão Integrado (SGI), de modo a definir diretrizes, estabelecer responsabilidades e estruturar a documentação necessária à conformidade com as normas internacionais vigentes e aplicáveis, assegurando ao CFC os seguintes benefícios:

- Prover consistentemente produtos e serviços que atendam aos requisitos do cliente e aos requisitos estatutários e regulamentares aplicáveis.
- Melhorar as ferramentas para aumentar a satisfação do cliente.
- Abordar riscos e oportunidades associados com seu contexto e objetivos.
- Demonstrar conformidade com requisitos especificados de Sistemas de Gestão da Qualidade.

Nesse sentido, em 2021, o CFC garantiu sua recertificação na Norma ABNT ISO 9001:2015 - Sistema de Gestão da Qualidade – e obteve a Certificação na Norma ABNT ISO 37001:2017 - Sistema de Gestão Antissuborno, cujo objetivo é a implementação de controles para prevenir, detectar e abordar o suborno, adotando medidas de identificação e avaliação de riscos e fomentando, com isso, a promoção de uma cultura ética, íntegra, com transparência e conformidade.

Plano Anual de Contratações

O Plano Anual de Contratações (PAC) é um documento que consolida todas as contratações e renovações de contratos que o CFC pretende realizar ou prorrogar no exercício subsequente, de modo a obter melhorias no planejamento dos itens e na governança, proporcionando maior transparência e controle neste processo, uma vez que sua divulgação integral é realizada no portal do CFC.

Desde 2018, o CFC utiliza o PAC como ferramenta de planejamento de suas contratações e renovações, realizando o acompanhamento periódico de sua execução e mantendo atuante a governança das aquisições.

131	89
Quantidade prevista	Quantidade executada

19,08% de Ajustes realizados

10 exclusões	15 inclusões

Atividade de correição e apuração de ilícitos administrativos

De acordo com o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, compete ao CFC aplicar penalidade aos conselheiros do CFC e dos CRCs, decorrente de infração ao Código de Conduta, e instaurar processo para apurar irregularidade praticada nas gestões do CFC e dos CRCs, que tenham ocasionado eventual dano ao Conselho, assegurando-se o contraditório e o amplo direito de defesa.

Assim, o CFC desempenha a atividade correcional de abertura de processo de sindicância e de inquérito administrativo para apurar penalidade a ser aplicada a dirigentes, funcionários e colaboradores que pratiquem ações em descumprimento anorma legal ou regimental ou referente a processos de conduta para apuração de infração cometida por conselheiros do Sistema CFC/CRCs e por funcionários e colaboradores do CFC.

Legislação Aplicada

Resolução CFC n.º 1.612/2021 – Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, art. 17, incisos XXXVI e XXXIX e art. 21, §§1º e 4º;

Resolução CFC n.º 1.463/2014 – Regulamento de Processo Administrativo Disciplinar dos Funcionários do CFC;

Resolução CFC n.º 1.523/2017 – Código de Conduta para os conselheiros, colaboradores e funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

Resolução CFC n.º 1.607/2020 – Regimento das Comissões de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do Conselho Federal de Contabilidade.

Como resultado da atuação convencional do CFC, no ano de 2021 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

1	Processo Administrativo Disciplinar Instaurado

Comissão de Conduta para apuração de infração cometida por conselheiros do Sistema CFC/CRCs

7	**Denúncias recebidas**
4	encerradas com arquivamento
3	com abertura de PAC (em análise pela Comissão)

Comissão de Conduta para apuração de infração cometida por funcionários e colaboradores do CFC

0	Denúncia contra funcionários ou colaboradores do CFC em 2021

PAC – Processo de Apuração de Conduta

Alocação de Recursos

Após a avaliação da situação organizacional e financeira do CFC e a identificação dos pontos fracos, fortes, oportunidades e desafios, foi priorizada a execução dos seguintes projetos em 2021:

A	Investimentos em tecnologia da informação para cumprimento de 6 (seis) itens do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.
B	Contratação de ferramentas de tecnologia da informação que tornem os processos mais sustentáveis e proporcionem melhor comunicação e agilidade.
C	Ações de cobrança e novas metodologias que gerem resultados financeiros melhores e reduza a inadimplência.
D	Ações de responsabilidade socioambiental que aperfeiçoem o relacionamento da entidade com a sociedade.
E	A elaboração do "Plano Anual de Contratações" em consonância com os projetos do Plano de Trabalho e Orçamento para consolidar as contratações que o Conselho pretende realizar ou prorrogar, no exercício subsequente.
F	Dar publicidade das ações desenvolvidas na mídia social e em outros meios de comunicação como forma de prestar contas e cientificar um maior número de profissionais.

Alocação de recursos nos programas foi realizada de acordo com as perspectivas de atuação e atribuições legais do CFC:

R$ 3.469.486,39
Valor total efetivamente gasto com a função de fiscalização do exercício profissional

R$ 600.153,90
Valores gastos com as demais atividades finalísticas (registro, normatização, julgamento e orientação)

R$ 1.907.538,05
Valores gastos com indenizações a conselheiros

Desempenho

Para implementar o Planejamento Estratégico, o CFC organiza suas atividades de forma a potencializar a geração de resultados que são mensurados regularmente e comparados com as expectativas fixadas, visando identificar e corrigir tempestivamente possíveis distorções, de maneira a subsidiar a alta administração com informações importantes para a tomada de decisões.

Nesse contexto, os objetivos estratégicos, os indicadores de gestão e os projetos do Plano de Trabalho são os balizadores das ações do CFC. Os indicadores de gestão são mensurados periodicamente e acompanhados, também, por meio do Sistema de Gestão por Indicadores, *software* criado pelo CFC para esse controle. Os objetivos estratégicos direcionam a elaboração do Plano de Trabalho anual, o qual concretiza o nível operacional do planejamento. Com a execução do Plano de Trabalho, há a transformação da estratégia em ação, ordenando os recursos disponíveis e estabelecendo os planos de ação para a execução das atividades e dos projetos previstos.

Os resultados de todos os indicadores mensurados pelo CFC e a execução das metas previstas no Plano de Trabalho ficam disponíveis em nosso Portal da Transparência e Prestação de Contas, no módulo "Programas, Projetos, Metas e Resultados".

A seguir, para cada área finalística do CFC – Fiscalização, Registro, Educação Continuada e Normatização –, é apresentada a análise detalhada dos indicadores de destaque relacionados, dos principais projetos e ações e do investimento total.

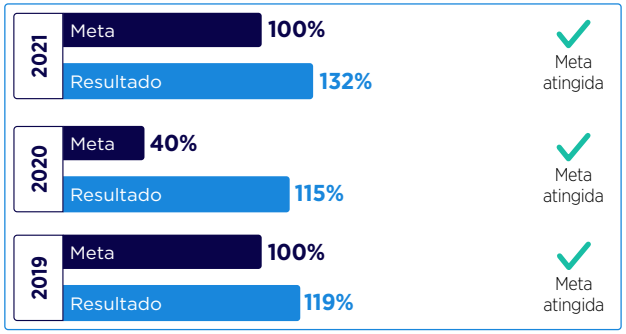
FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização atua como fator de proteção da sociedade, desenvolvendo ações e procedimentos fiscalizatórios preventivos e ostensivos. Compete à Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina fiscalizar, orientar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil em todo o território nacional.

R$ 29.775.127,37
Investimento total

Indicadores

Índice de realização de diligências geral



O exercício da Contabilidade é supervisionado, de forma qualitativa, técnica e ética, pelos Conselhos de Contabilidade para combater irregularidades na profissão contábil e atuar como fator de proteção aos usuários das informações contábeis.

Os resultados de 2021 demonstram a retomada dos trabalhos da fiscalização, como notificação e autuação dos profissionais, após a suspensão dos prazos em 2020, devido à pandemia de Covid-19.

42.505
Diligências
(fiscalizações proativas)

86.310
procedimentos
fiscalizatórios

Fiscalizados

18.403	Organizações Contábeis
14.545	Profissionais
17.007	Pessoas Físicas
7.422	Pessoas Jurídicas não Contábeis

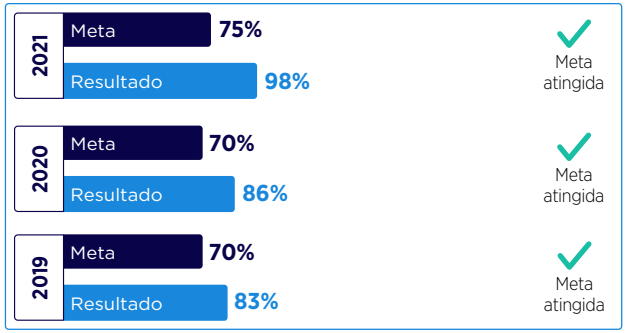
2.244 Denúncias
(fiscalizações reativas)
68% denúncias apuradas

9.922
Autos de Infração
31.796 notificações

11.568	processos ético-disciplinares e de fiscalização
200	processos julgados em 2ª instância contra pessoas físicas e jurídicas atuando sem registro e organizações contábeis
1.020	processos julgados em 2ª instância contra pessoas físicas e jurídicas atuando sem registro

Com o objetivo de ampliar e fortalecer a fiscalização do exercício ilegal da profissão contábil no Brasil, o CFC e a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT), do Ministério da Economia, firmaram acordo de cooperação técnica. Por meio dessa ação, o CFC passou a ter acesso à base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que são mantidas pela SEPRT. Assim, a partir do cruzamento de dados com os cadastros de registro profissional contábil do Conselho, é possível identificar contadores e técnicos em contabilidade que atuam sem o registro profissional, bem como o trabalho de leigos (as pessoas físicas que atuam sem formação em Ciências Contábeis e sem registro). Tanto os trabalhadores nessa situação quanto as empresas que os contratam são notificados visando à sua regularização.

Tempo médio de julgamento de processos de fiscalização



O CFC examina e julga os recursos das decisões dos Plenários e dos Tribunais Regionais de Ética e Disciplina dos Conselhos Regionais de Contabilidade em processos abertos contra pessoas físicas, empresas, profissionais e organizações contábeis.

120 dias Prazo de julgamento (contados da data de recebimento no CFC até a data da sessão de julgamento)

1.220 processos julgados em **grau de recurso**

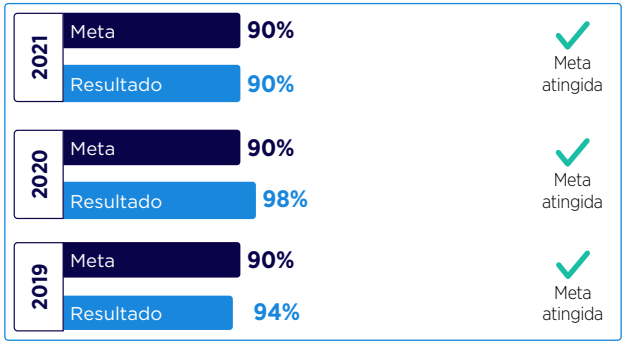
1.190 processos julgados **dentro do prazo**

111 dias
Média de dias de julgamento

111 processos com Embargos de Declaração não admitidos

O Regulamento de Procedimentos Processuais, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.603/2020, passou a vigorar em 2021. Uma das principais mudanças foi a abertura das sessões das Câmaras de Ética e Disciplina e das reuniões dos Tribunais Regionais e Superior de Ética e Disciplina, que antes eram reservadas. Agora essas reuniões também podem ser realizadas de forma presencial ou virtual. Além disso, ocorreram alterações nos tipos e prazos dos recursos, bem como no cálculo de penalidades aplicáveis a autuados reincidentes.

Ética na profissão



Com base em atos normativos específicos, os Conselhos de Contabilidade vêm, ao longo de seus 75 anos, apurando os casos de descumprimento das normas e aplicando, quando necessário, as penalidades cabíveis. Mas, para o CFC e os CRCs, a fiscalização, em primeiro lugar, possui caráter preventivo, devendo-se recorrer às penalidades quando necessárias, para estabelecer os mecanismos e os requisitos do exercício ético e eficaz da profissão.

Com foco na proteção à sociedade e no combate ao mau profissional, por meio da efetividade dos procedimentos fiscalizatórios, o Sistema CFC/CRCs alcançou os seguintes resultados:

1.220 processos julgados em **grau de recurso**

1.059 processos que tiveram decisões de aplicação de **penalidades aos infratores**

87 média de processos **analisados por conselheiro**

859 Processos **mantiveram** a penalidade aplicada em **1ª instância**

200 Processos **reformaram** a penalidade aplicada em **1ª instância**

35 Processos devolvidos e/ou diligenciados aos CRCs para **correção de vícios sanáveis**

126 **Processos arquivados**
(regularização dentro do prazo de defesa, inexistência comprovada do fato gerador da infração ou prescrição quinquenal)

Penalidades aplicadas

34 Cassação do registro profissional

111 Suspensão do exercício profissional

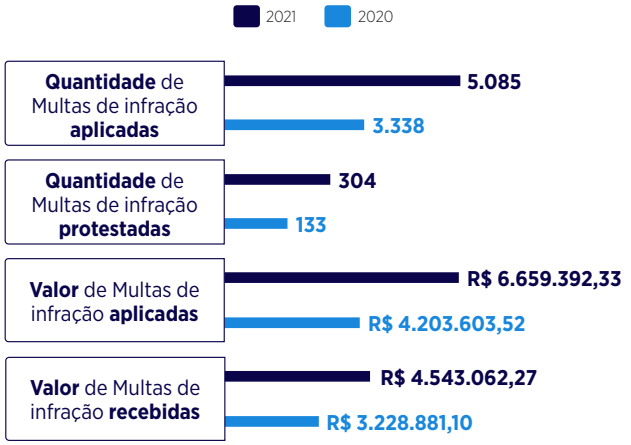
26 Censura pública

676 Multas pecuniárias

212 Advertência reservada

9 processos referentes ao exercício ilegal de profissão encaminhados ao Ministério Público

Gestão das multas de fiscalização



As ações de cobrança das multas aplicadas são essenciais para garantir a efetividade das ações fiscalizatórias como resultado de todos os procedimentos realizados pelos CRCs. Em 2021, observa-se o empenho do Sistema CFC/CRCs de garantir o correto exercício profissional e em cumprir seu papel institucional de atuar como fator de proteção da sociedade.

Principais projetos e ações

Assessoramento à Câmara e ao Setor de Fiscalização dos CRCs

A fiscalização é a razão de existência do Sistema CFC/CRCs, portanto é importante que as normas relacionadas ao tema sejam sempre atualizadas, bem como aplicadas com justiça, isonomia e imparcialidade. Essa ação somente é possível quando todos os envolvidos estão preparados e possuem conhecimentos consistentes dos procedimentos a serem aplicados. Por esse motivo, em 2021, o CFC realizou as seguintes ações:

Acompanhamento e apoio aos 27 CRCs
por Meio de Assessoria ao setor de fiscalização (coordenadores, fiscais e apoio administrativo) e à Câmara de Fiscalização (vice-presidente e conselheiros) em encontros por videoconferência. Na oportunidade, ocorreram a apresentação e discussão da operacionalização dos procedimentos processuais, julgamento de processos, elaboração de pareceres, cálculo e execução de penalidades.

Duas reuniões virtuais
com intuito de orientar e apresentar a ação de fiscalização nacional para combater o exercício ilegal, tomando como base o Acordo de Cooperação Técnica entre CFC e a Secretaria do Trabalho e Emprego, bem como orientar e tirar dúvidas das áreas de fiscalização relativas ao gerenciamento dos resultados obtidos e das informações mensais produzidas pela fiscalização.

Reuniões Regimentais

22 Normas Brasileiras de Contabilidade aprovadas	**84** Deliberações expedidas
36 Resoluções aprovadas	**10** Processos julgados
200 Processos de fiscalização julgados	**1.020** Processos éticos disciplinares julgados pelo Tribunal Superior de Ética e Disciplina do CFC

Em 2021, após um ano e meio na modalidade telepresencial, as Reuniões Regimentais do CFC retomaram suas atividades presenciais em continuidade ao cumprimento das prerrogativas institucionais do Sistema CFC/CRCs, por meio de reuniões Plenárias, do Conselho Diretor e das Câmaras. Nas reuniões Plenárias do CFC, foram homologadas as decisões das reuniões de Câmaras, bem como discutidos os projetos, a gestão e a aplicação dos recursos, com vistas ao aprimoramento e a defesa da profissão contábil em prol do interesse público.

Apoio ao Atendimento à Lei de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro

Os profissionais da contabilidade e organizações contábeis devem comunicar, até o dia 31 de janeiro de cada exercício, ao Conselho de Atividades Financeiras (Coaf), a declaração de não ocorrência de eventos suspeitos de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo de seus clientes. Para auxiliar neste processo, o CFC às desenvolveu sistema específico, permitindo aos profissionais e organizações que se protejam da utilização indevida de seus serviços para atos ilícitos que lhes possam gerar sanções penais previstas em lei, além dos riscos de imagem pela associação do seu nome a organizações criminosas.

Declarações ao Coaf		
Exercício	**Declaração de Ocorrências**	**Declaração de Não Ocorrências**
2019	**1.257**	**150.399**
2020	**947**	**133.889**
2021	**854**	**148.046**

Revisão da legislação aplicada ao Sistema CFC/CRCs

Com o intuito de manter os procedimentos de fiscalização adequados às práticas adotadas pelos profissionais da contabilidade, pelo Sistema CFC/CRCs e legislações em geral, em 2021, foram publicados os seguintes atos normativos:

- **Resolução CFC n.º 1.614/2021**, que aprova as regras de transição relacionadas à vigência da Resolução CFC 1.603/20, que dispõe sobre os procedimentos processuais de fiscalização.
- **Resolução CFC n.º 1.615/2021**, que aprova o Manual de Procedimentos Processuais dos Conselhos de Contabilidade, aplicável aos Processos Administrativos de Fiscalização.
- **Resolução CFC n.º 1.640/2021**, que dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o art. 25 do Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946.

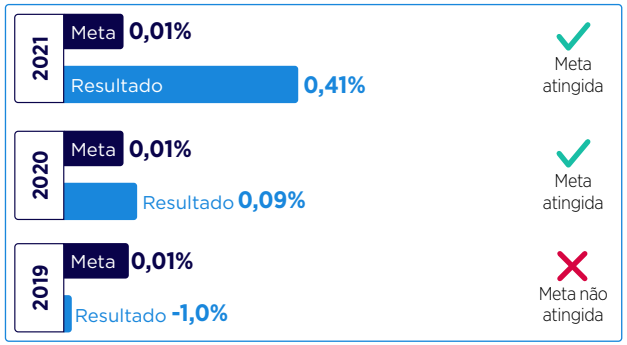
REGISTRO

A área de Registro orienta e acompanha os programas e as atividades dos CRCs, coordenando e supervisionando o registro e o cadastro dos profissionais e das organizações contábeis em todo o País. Além disso, compete à Vice-Presidência de Registro julgar e examinar os recursos das decisões dos CRCs, analisar os processos referentes aos Cadastros de Peritos Contábeis e Auditores Independentes e coordenar os Exames de Suficiência e Qualificação Técnica.

R$ 7.542.262,49
Investimento total

Indicadores

Índice de evolução de registros profissionais ativos



O Conselho Federal de Contabilidade acompanha, constantemente, os CRCs nas campanhas de registros dos aprovados em Exame de Suficiência, para que estes estejam cadastrados nos Regionais e aptos ao exercício das atividades contábeis.

Mesmo com a crise econômica dos últimos anos, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e o momento de incertezas devido à pandemia de Covid-19, houve um pequeno aumento do número de registros profissionais.

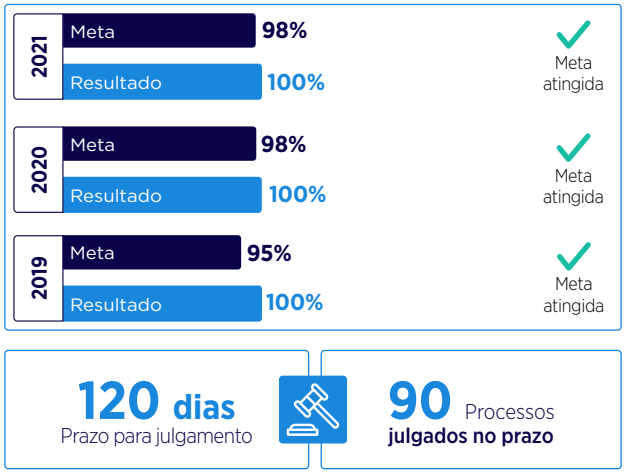
Novos registros em 2021

16.609
contadores

146
técnicos em contabilidade

7.604
organizações contábeis

Tempo médio de julgamento de processos de registro



120 dias
Prazo para julgamento

90 Processos **julgados no prazo**

Foram direcionados em grau de recurso à Câmara de Registro do CFC 90 processos para análise, sendo que todos foram julgados dentro do prazo, que é de 120 dias. A informatização dos procedimentos, como a implantação do Sistema de Processo Eletrônico de Registro (SPER) e do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), vem contribuindo para a celeridade no julgamento dos processos.

Principais projetos e ações

Exame de Suficiência

O mercado globalizado e cada vez mais competitivo trouxe a necessidade de informações contábeis progressivamente mais seguras, precisas e éticas, garantindo à sociedade maior transparência na gestão dos negócios.

Atento a essa situação, o CFC vem dispensando esforços para assegurar que o futuro profissional da contabilidade tenha habilidades e competências necessárias para atender a essas demandas.

No exercício de 2021, o CFC ofertou em todos os estados da Federação e em 118 cidades a realização de duas edições do Exame de Suficiência.

A sociedade brasileira é beneficiária direta da aplicação do Exame de Suficiência, uma vez que pode contar com profissionais mais capacitados para atuar no mercado de trabalho.

Registro de Profissionais e Organizações Contábeis

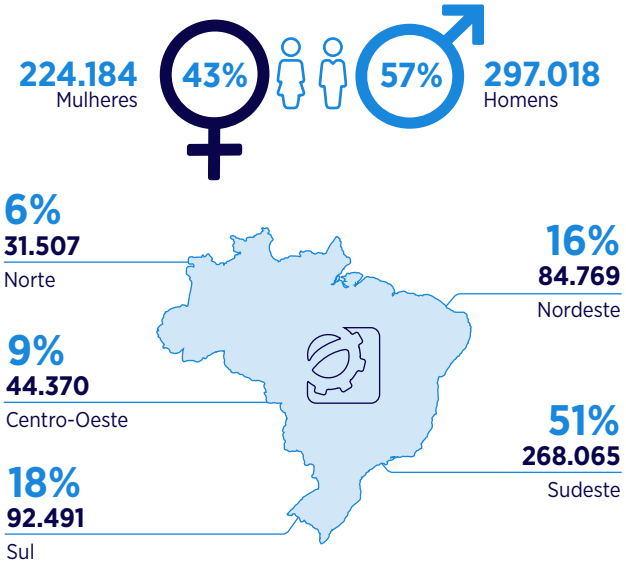
Registros Ativos

521.202
profissionais registrados nos 27 CRCs

366.307	154.895
contadores	técnicos em contabilidade
70%	30%

79.506
organizações contábeis

Registros Ativos por Gênero e Região



O registro de profissionais e de organizações contábeis é obrigatório a todos aqueles que queiram exercer e explorar a profissão contábil. Visando incentivar e facilitar o processo de comunicação com o profissional/organização contábil, o CFC constituiu comissão de estudo de viabilidade de implementação de domicílio eletrônico no âmbito do Sistema CFC/CRCs. Resultados dos trabalhos:

- Elaboração de minuta de resolução para implantação do domicílio eletrônico no âmbito do Sistema CFC/CRCs.
- Criação do Sistema de Domicílio Eletrônico, que será disponibilizado aos CRCs assim que finalizado.

Além disso, o CFC expediu a **carteira de identidade profissional, modelo digital, para mais de 78.000 profissionais** e realizou o pregão eletrônico para contratação da nova empresa que irá fornecer a carteira de identidade profissional (modelo físico) aos profissionais interessados.

Atualização e Manutenção Cadastral

Com o objetivo de atualizar a base cadastral de profissionais e de organizações contábeis dos Conselhos Regionais de Contabilidade, o CFC firmou convênio com a Receita Federal do Brasil, utilizando ferramenta disponibilizada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

No exercício de 2021, o CFC realizou todas as consultas solicitadas pelos CRCs onde foram disponibilizadas mais de **3.700 atualizações de endereços de profissionais e de organizações contábeis** aos Regionais.

Tais informações foram repassadas aos CRCs observando-se as exigências e medidas de segurança previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Exame de Qualificação Técnica (EQT)

A aprovação no EQT permite aos profissionais o registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) ou no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) do CFC, de acordo com a categoria escolhida pelo candidato.

Os exames incluem as provas do EQT para auditor, que engloba as provas de Qualificação Técnica Geral (QTG); e específicas, para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central do Brasil (BCB), a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Há também o exame para perito contábil.

Os exames avaliam o conhecimento e a competência técnico-profissional dos contadores que pretendem atuar como auditores independentes nas organizações reguladas pelas referidas entidades e na atividade de perícia contábil.

Devido aos impactos da Covid-19, a aplicação do exame referente ao ano de 2020 foi alterada para o formato digital e realizada no período de 8 a 15 de março de 2021, com os seguintes resultados:

2020			
21º EQT Prova QTG	2.771 Presentes	1.397 Aprovados	50%
21º EQT Prova CVM	1.681 Presentes	846 Aprovados	50%
21º EQT Prova BCB	458 Presentes	298 Aprovados	65%
21º EQT Prova SUSEP	247 Presentes	171 Aprovados	69%
21º EQT Prova Previc	400 Presentes	299 Aprovados	75%
4º EQT Perícia Contábil	2.305 Presentes	244 Aprovados	11%

2021			
22º EQT Prova QTG	**746** Presentes	**319** Aprovados	**43%**
22º EQT Prova CVM	**461** Presentes	**22** Aprovados	**5%**
22º EQT Prova BCB	**87** Presentes	**28** Aprovados	**32%**
22º EQT Prova SUSEP	**34** Presentes	**1** Aprovado	**3%**
22º EQT Prova Previc	**47** Presentes	**6** Aprovados	**13%**
5º EQT Perícia Contábil	**589** Presentes	**150** Aprovados	**25%**

Em 31/12/2021, o CFC computou
5.645 profissionais cadastrados no CNAI e **4.678 no CNPC**.

Criado em 2019, o CNAI-PJ busca fortalecer a atividade de auditoria independente, por meio de mecanismos de controle e de reconhecimento da qualidade do serviço executado por firmas que praticam elevados padrões na área. Empresas que executam serviços de auditoria independente podem solicitar a inclusão no banco.

Até 31/12/2021,
134 empresas de auditoria integravam o cadastro,
que tem como objetivo ser referência para o mercado.

Assessoramento à Câmara e ao Setor de Registro dos CRCs

18 CRCs assessorados

497 Processos analisados

O CFC tem o papel de acompanhar as atividades de registro dos Conselhos Regionais de Contabilidade, bem como oferecer o necessário assessoramento no cumprimento de suas metas. O trabalho realizado ao longo do exercício de 2021 permitiu melhorias na execução dos procedimentos realizados pelos CRCs, especialmente os relacionados à instrução, à tramitação e ao julgamento de processos eletrônicos, em relação às normas e aos manuais emitidos pelo CFC.

Acompanhamento e assessoramento aos setores de cobrança dos CRCs

5 CRCs
capacitados para ações de cobrança

No atendimento aos CRCs, foram emitidas orientações teóricas e práticas aos funcionários no âmbito dos procedimentos de cobrança administrativa e judicial. Por meio do trabalho realizado, foi possível reorganizar, uniformizar e melhorar as ações de cobrança, com a finalidade de reduzir os índices de inadimplência.

Revisão da Legislação Aplicada ao Sistema CFC/CRCs

O Sistema CFC/CRCs adota ações considerando que o exercício profissional deve ser permanentemente revisto, devido ao dinamismo da profissão. A profissão deve ser regida por normas devidamente atualizadas. Com essa finalidade, em 2021, foram aprovados os seguintes normativos:

- **Resolução CFC n.º 1.624/2021**, que dispõe sobre a Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências.
- **Resolução CFC n.º 1.637/2021**, que dispõe sobre a emissão da Certidão de Habilitação Profissional e Certidão Negativa de Débitos.
- **Resolução CFC n.º 1.646/2021**, que inclui o § 3º no Art. 6º da Resolução CFC n.º 1.554/2018, que dispõe sobre o registro de contadores.

Comissões Institucionais – CFC Jovem

O programa oportuniza a integração entre estudantes e jovens profissionais recém-chegados ao mercado de trabalho e, ao Sistema CFC/CRCs, para trazer uma nova perspectiva à profissão. Além disso, o CFC Jovem busca implementar nas gerações futuras a cultura empreendedora de transformar a profissão em formas polivalentes e na conscientização da responsabilidade do profissional perante a sociedade.

O Projeto CFC Jovem está presente nos **26 estados e no Distrito Federal**

20.260 público alcançado

Ações realizadas

141 Educação Continuada

50 Exame de Suficiência

251 Total de projetos e outras informações

EDUCAÇÃO CONTINUADA

A Educação Continuada oportuniza o aprimoramento profissional a todos os profissionais da contabilidade e define estratégias de fiscalização preventiva, com a realização de cursos, treinamentos e palestras na busca constante da excelência no exercício profissional. Compete à Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional promover o desenvolvimento da educação continuada, coordenar o Programa de Educação Profissional Continuada e fomentar o desenvolvimento do Ensino Superior de Ciências Contábeis.

R$ 3.172.822,61
Investimento total

Indicadores

Investimentos em desenvolvimento profissional – per capita

A pandemia de Covid-19 causou grandes impactos sociais e econômicos, transformando hábitos de toda a população mundial. A educação foi uma das áreas mais afetadas com a chegada da pandemia, sendo necessária a revisão dos métodos de ensino e a adaptação de aulas e cursos para a modalidade "a distância".

Nesse contexto pandêmico, em que a classe contábil se torna ainda mais essencial aos negócios e à retomada socioeconômica do país, o Sistema CFC/CRCs investiu na realização de eventos de capacitação, considerando o papel fundamental do profissional da contabilidade na sociedade e a importância das Ciências Contábeis para o desenvolvimento dos negócios.

64
Eventos realizados pelo CFC

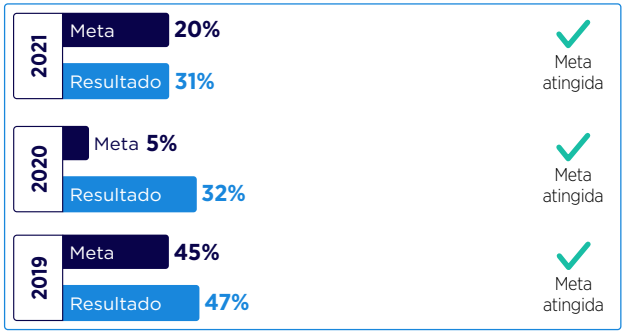
1.547
Eventos realizados pelo Sistema CFC/CRCs

4.275
Carga horária total dos eventos realizados pelo Sistema CFC/CRCs

9.898
Participantes nos eventos do CFC

247.811
Participantes capacitados pelo Sistema CFC/CRCs

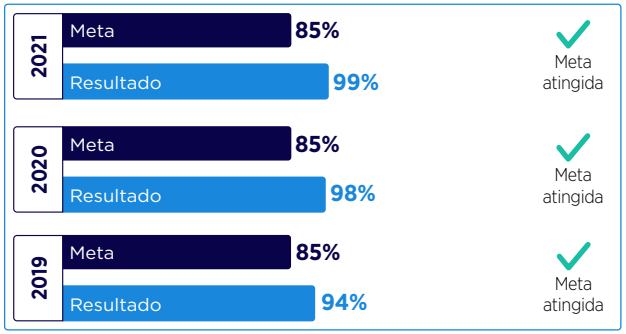
Participação dos profissionais da contabilidade, em eventos de capacitação – Educação Continuada



A calamidade pública de Covid-19 instalada no mundo impulsionou o sistema contábil no sentido de promover eventos gratuitos e de forma virtual, fato que, sem dúvidas, vem contribuindo para uma maior participação dos profissionais nos eventos.

O Sistema CFC/CRCs tem primado, ao longo do tempo, pela política de excelência profissional. Cada vez mais arrojada, essa política busca contribuir para que os profissionais sejam mais capacitados e sintonizados com as mudanças na profissão.

Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc.



O resultado apresentado demonstra o cumprimento da meta e a responsabilidade institucional com os profissionais da contabilidade, capacitando-os para um desenvolvimento multiplicador responsável. Mesmo com a pandemia, o CFC buscou se reinventar com as realizações de eventos virtuais/híbridos.

Principais projetos e ações

Educação Continuada – auditores, peritos e demais profissionais obrigados

O programa visa manter, atualizar e expandir os conhecimentos e competências técnicas e profissionais, as habilidades multidisciplinares e a elevação do comportamento social, moral e ético dos profissionais da contabilidade, como características indispensáveis à qualidade dos serviços prestados e ao pleno atendimento das normas que regem o exercício da profissão contábil.

A Comissão de Educação Profissional Continuada realizou 11 reuniões durante o exercício de 2021, resultando na análise, nos termos da NBC PG 12 (R3), de 2.502 atividades assim distribuídas:

2.243 Atividades deferidas	**232** Atividades indeferidas	**17** Atividades em exigência

Nas reuniões realizadas, também foram julgadas justificativas de não cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC):

123 Julgados	**28** Deferidos
95 Indeferidos	**0** Exigência

Com relação aos profissionais que cumpriram o PEPC no exercício 2019 e 2020, obtivemos os seguintes resultados:

CNAI	2020	2019
Total obrigado	3.560	3.415
Cumpriu	3.335	3.091
Não cumpriu	118	214
Em análise	0	1
Não prestou contas	107	109

CNPC	2020	2019
Total obrigado	2.845	4.024
Cumpriu	2.489	2.501
Não cumpriu	153	663
Em análise	0	2
Não prestou contas	203	858

ProGP	Cumpriu	Não cumpriu
	1.762	91

1.853 profissionais

ProRT	Cumpriu	Não cumpriu
	444	11

455 profissionais

RT Previc	Cumpriu	Não cumpriu
	101	1

102 profissionais

Facultativo	Cumpriu	Não cumpriu
	491	40

531 profissionais

- Em função da pandemia, houve a redução de 50% da pontuação anual mínima exigida para o cumprimento do PEPC, de 40 para 20 pontos, conforme Deliberação CFC n.º 14/2021.
- Publicação de Edital visando garantir ao profissional que não alcançou a pontuação mínima exigida pela NBC PG 12 (R3) o direito de justificativa referente aos exercícios e 2019 e 2020.

Excelência na Contabilidade – Cursos de Pós-Graduação Lato e *Stricto Sensu*

A formação continuada acadêmica é requisito fundamental para a educação integral do profissional da contabilidade. Partindo dessa premissa, o CFC instituiu o Programa Excelência na Contabilidade, que tem como proposta intensificar a realização de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade, participando financeiramente de projetos específicos direcionados a essa finalidade.

Em 2021, foram realizadas subvenções aos CRCs para a realização de cursos de mestrado e doutorado, de acordo com os Termos de Cooperação em vigor.

R$ 143.132,70
CRCPI – Doutorado

R$ 158.858,75
CRCSE – Mestrado

R$ 13.679,80
CRCAL – Mestrado

R$ 315.671,25 Total

Para a efetivação dos repasses, o CFC recepcionou, instruiu e analisou as prestações de contas para fins de julgamento quanto ao pedido de reembolso.

Apoio à Realização de Eventos da Área Contábil

O CFC propicia o desenvolvimento do Programa de Educação Continuada, apoiando a realização de eventos e cursos com temas voltados à legislação profissional, à técnica e à modernização do exercício da profissão, de forma a capacitar o profissional da contabilidade para o desempenho eficiente de suas atividades.

Em 2021, foi concedido apoio financeiro a 5 CRCs para realização de grandes eventos estaduais.

Eventos estaduais da área contábil – 2021

R$ 100.000,00
CRCBA

R$ 200.000,00
CRCRS

R$ 100.000,00
CRCMG

R$ 50.000,00
CRCGO

R$ 100.000,00
CRCSP

R$ 550.000,00 Total

Também foram adquiridos *stands* em eventos realizados pela classe contábil, que tiveram por objetivo promover o aprimoramento técnico dos profissionais da contabilidade. Nesses espaços, foram prestadas consultas técnicas e divulgação das ações realizadas pelo CFC aos profissionais presentes nos eventos.

R$ 50.000,00
11ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, apresentado pelo Ibracon

R$ 50.000,00
XIX Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade/XXII USP *International Conference in Accounting* – 2022

Promover a educação continuada – encontros/seminários/fóruns/jornadas

Em 2021, ficou consolidada a importância e a magnitude da profissão contábil para a sustentabilidade das empresas. A capacidade de organização do Sistema CFC/CRCs pôde ser evidenciada nos encontros e seminários realizados para a classe, nas relações com o Poder Público e nas parcerias de sucesso com órgãos nacionais e internacionais. Destacam-se os principais eventos:

- **Seminário em comemoração aos 75 anos de criação dos Conselhos de Contabilidade e da regulamentação da profissão contábil**
- **Diálogos Contábeis on-line** – eSocial: principais erros / ECD e ECF / Produtor rural no eSocial / ECF Leiaute e perguntas frequentes / DCTF WEB: Instruções Gerais / eSocial para Órgãos Públicos / FGTS Digital / Erros na DCTFWeb / Programa de Retomada Fiscal / FGTS Digital: funcionalidades e vantagens
- **Circuitos Técnicos on-line** – DCTFWeb / Revisão de Pares das Firmas de Auditoria / Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2021 / Programas EFD-Reinf, eSocial e DCTFWEB / Pequenas e Médias firmas de Auditoria / Relevância dos Organismos Profissionais – AIC / Alterações na NBC TSC 4400 / Normas para Micro e Pequenas Empresas / Norma em Audiência Pública - NBC PA 02/ISQM 2 / Relato Integrado / Segurança Cibernética
- **II Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios on-line**
- **VII Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público (SBCASP) – on-line**
- **Seminário de Tecnologia e Inovação**
- ***Conexión* AIC Educa e Aprende** – Plataformas de conferências *online* de ensino / Mercado educacional em tempo de pandemia / Oficina aplicada à educação – gamificação / Oficina aplicada à educação – Prezi / Tecnologias Aplicadas à Educação: Avaliações *online* / Desafios das Instituições de Ensino Superior no retorno às aulas presenciais / Novas modalidades de ensino: presencial, virtual e híbrido

Programa Contador Parceiro – Construindo o Sucesso

Lançado no dia 25 de abril de 2021, o Programa Contador Parceiro – Construindo o Sucesso, fruto da parceria CFC/Sebrae, tem como objetivo capacitar os profissionais da contabilidade para atuar em gestão e inovação, visando à criação de uma rede de suporte e consultoria para os pequenos negócios.

O curso gratuito, ofertado na modalidade EAD, é composto de 13 módulos que abordam conteúdos sobre tendências de mercado, liderança, estratégia, empreendedorismo, diagnóstico, consultoria, sustentabilidade, tecnologia e inovação, conteúdos esses que beneficiam as empresas e serviços para os pequenos negócios. O curso é pontuado para o PEPC-CFC.

11.196 Inscritos	**1.097** Concluintes
4.654 Em andamento	**5.445** Não iniciados

Apoio à produção técnico-científica da área contábil

A concessão do prêmio Olivio Koliver tem a finalidade de incentivar as produções técnicas e científicas na área da contabilidade, assim como homenagear Olivio Koliver, expoente na área. O trabalho vencedor foi desenvolvido pelos professores doutores Juliano Augusto Orsi de Araujo, Leonardo Fabris Lugoboni e Marcus Vinicius Moreira Zittei com o artigo intitulado "Exame de Suficiência e Enade: caminhamos para o mesmo objetivo?". O artigo foi publicado na edição n.º 244 da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC), referente aos meses de julho e agosto/2020.

RBC – Artigo Premiado **acesse**

Em 2021, foram recepcionados **70 artigos**

Relacionamento Institucional com Entidades Nacionais e Internacionais

Comissão para Elaboração de Projetos e Ações que visem ao aprimoramento do ensino contábil no País

Implantação do Projeto *Educa y Aprende*, que visa reunir educadores de toda a América Latina para estimular a discussão, reflexão e práticas sobre os temas atuais e as tendências mundiais do ensino da Contabilidade, proporcionando aos profissionais da área oportunidades de aprimoramento e de crescimento.

9 Edições realizadas	**2.174** Acessos no YouTube	**1.479** Inscritos nas edições

Em setembro de 2021, o Ministério da Educação (MEC) retomou a disponibilização de processos de autorização de cursos. Foi analisado o seguinte quantitativo de processos disponibilizados:

Processos	Processos Disponibilizados	Pareceres		
		Satisfatório	Parcialmente Satisfatório	Em Análise
Autorização	12	1	7	4
Autorização EAD	22	3	18	1
Autorização Vinculada a Credenciamento	2	–	–	2
Autorização EAD Vinculada a Credenciamento	10	1	4	5
Total	**46**	**5**	**29**	**12**

Iniciados os trabalhos para elaboração da proposta de alteração da Resolução CNE/CES n.º 10/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado. A proposta será ofertada ao MEC em 2022.

Associação Interamericana de Contabilidade (AIC)

Tem o propósito de fortalecer as organizações profissionais de contadores nos países americanos, além de participar ativamente no desenvolvimento da prática livre da Contabilidade.

A contadora Maria Clara Bugarim, que presidiu o CFC na gestão 2007-2010, assumiu a Presidência da AIC em outubro de 2019, encerrando seu mandato no mês de outubro de 2021.

Todas as atividades realizadas pela AIC contaram com a participação dos representantes brasileiros que compõe as Comissões Técnicas da associação.

82 Artigos	**77** Conferências Virtuais	**85** Reuniões

Principais produtos gerados

Boletins e Informativos Mensais	*Revista Visión y Actuación*	Novo Site e Redes Sociais
Podcasts e Diversos Projetos de Interesse do Contador Latino-americano		

Grupo Latinoamericano de Emissores de Normas de Informação Financeira (Glenif)

Convênio de cooperação institucional firmado com o propósito de apoiar qualquer atividade que leve a integrar os contadores latino-americanos e a buscar apoio para o desenvolvimento profissional, especialmente, na promoção/adoção das normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb) na região e sua aplicação constante.

14 Grupos de Trabalhos Técnicos (GTT) para estudo e emissão de posicionamento	**7** Cartas-Comentário ao Iasb	**14** encontros com Iasb para divulgação de normas

O representante brasileiro no diretório, José Luís de Carvalho, assumiu a Vice-Presidência do Glenif no mês de novembro de 2021.

Comitê de Integração Latino-Europa América (CILEA)

Instituição que dá voz às organizações profissionais de Ciências Contábeis dos países dos dois continentes, construindo uma ponte entre os profissionais latinos da América e da Europa.

Ao longo de 2021, foram disponibilizados ao público os seguintes projetos desenvolvidos em cooperação entre os países:

Novo Modelo de Balanço Socioambiental publicado pelo Cilea	Certificação on-line de valorização das empresas contábeis	Sistema de gestão da qualidade dos serviços contábeis – webinar
Guia dirigido aos profissionais e empresários contábeis para incentivar o processo de digitalização dos serviços		

Ampliação e modernização do acervo bibliográfico

25.666 Acervo Bibliográfico (físico e digital)

14.638 Documentos (Acervo Digital)

13.663 Artigos e trabalhos	**532** Livros
317 Legislações Contábeis	**126** Vídeos/Lives

Em 2021, a Biblioteca adquiriu **43 livros (doações)**, assinou **13 periódicos nacionais** (assinaturas impressas e digitais), incluiu **805 documentos** na base de dados da Biblioteca – livros, vídeos e artigos de periódicos contábeis e restaurou **10 obras raras** da área contábil.

A base de dados da Biblioteca do CFC teve **10.203 pesquisas on-line** no ano de 2021

Seminários e reuniões voltados à gestão do Sistema CFC/CRCs

Em 2021, foi realizado Seminário Virtual com os vice-presidentes e chefes do Desenvolvimento Profissional do Sistema CFC/CRCs, ocasião em que foi realizada apresentação de diretrizes a serem adotadas pelos CRCs, visando alcançar os resultados previstos para os seguintes projetos:

1	Parceria CFC/Sebrae: Contador Parceiro: Construindo o Sucesso
2	Comissões regionais de ensino
3	Indicadores da área de Desenvolvimento Profissional
4	Programa de Educação Profissional Continuada

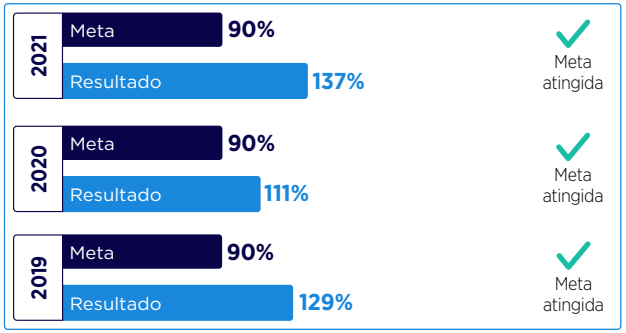
NORMATIZAÇÃO

Devidamente legitimado pela Lei n.º 12.249/2010, o CFC é o órgão normatizador da profissão contábil no Brasil, pois elabora e revisa normas de natureza técnica e profissional da área. Compete à Vice-Presidência Técnica editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional, Princípios de Contabilidade e Orientações Técnicas e examinar e emitir parecer técnico-contábil não afeto a outras Câmaras, especialmente, os relativos às NBCs.

R$ 2.975.415,41
Investimento total

Indicadores

Leis, decretos, decisões judiciais que assegurem ou ampliem as competências do CFC e melhorem o ambiente regulatório da profissão

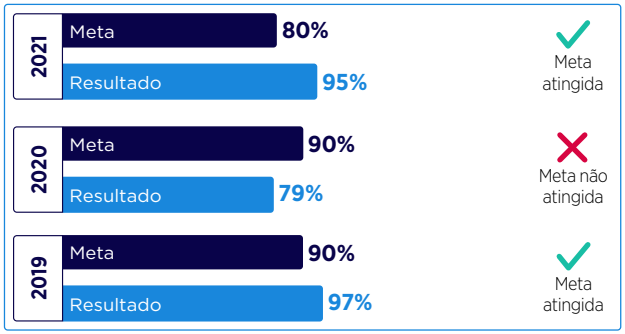


Em 2021, o CFC desenvolveu diversas atividades a fim de promover a melhoria do ambiente regulatório da profissão.

As ações realizadas foram:

1. Acompanhamento do projeto eSocial, por meio de participação do GT Confederativo e reuniões com a Receita Federal do Brasil (RFB), Serpro e fábricas de *softwares* contábeis, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Sped (Portaria CFC n.º 154/2018).
2. Apresentação de proposta de regulamentação para Entidades em Liquidação (incluindo Massas Falidas), colaborando com demanda do Judiciário e buscando alinhamento com outros órgãos reguladores (Portaria CFC n.º 116/2019).
3. Realização do Curso de Auditoria no Setor Público (NBASP e NBC TASP) – (Portaria CFC n.º 112/2019).
4. Acompanhamento dos projetos de Criação da Central de Balanços e dos Projetos Escrituração Contábil Digital (ECD) e Escrituração Contábil Financeiro (ECF), desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Sped (Portaria CFC n.º 154/2018).
5. Apresentação de contribuições técnicas relativas à Reforma Tributária (Portaria CFC n.º 221/2020).
6. Apresentação de proposta de alteração para a resolução sobre prerrogativas dos profissionais da Contabilidade, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.640/2021 (Portaria CFC n.º 233/2020).
7. Realização do I Seminário de Tecnologia e Inovação do CFC para discutir como as mudanças tecnológicas estão influenciando os trabalhos dos profissionais da contabilidade (Portaria CFC n.º 238/2020).
8. Apresentação de proposta de normas para microentidades e pequenas empresas, aprovadas pelas NBCs TG 1001 e 1002 (Portaria CFC n.º 341/2020).
9. Instituição de Grupo de Trabalho para propor revisão da regulamentação para entidades sem finalidade de lucros (Portaria CFC n.º 152/2021).
10. Instituição de Grupo de Trabalho para propor regulamentação para condomínios (Portaria CFC n.º 153/2021).
11. Adesão à Plataforma Participa + Brasil para recebimento de sugestões sobre documentos colocados em Audiência Pública.

Índice anual de alterações – audiência pública



19
Normas e alterações de normas submetidas à sociedade

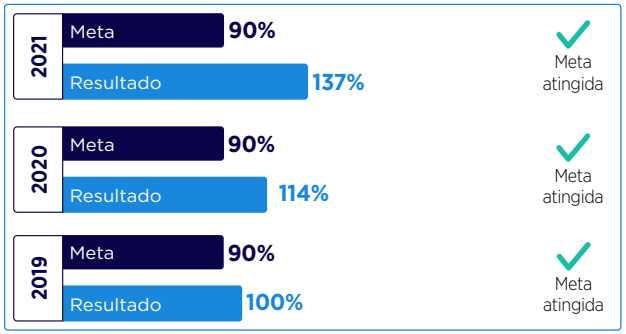
1
Norma sofreu alterações técnicas no seu texto original

O CFC aprimorou ainda mais suas ações por meio de seus Grupos de Estudo e de Trabalho, na elaboração, no acompanhamento das normas de interesse da profissão e da Ciência Contábil, oportunizando à sociedade a participação na construção e na discussão das 19 minutas submetidas a audiências públicas. Assim, de forma transparente e participativa, o CFC continua promovendo o alinhamento dos entendimentos, agregando a participação de diversos setores da sociedade que contribuem para o aprimoramento das NBCs.

Melhoria no Processo de Audiência Pública

O CFC aderiu à plataforma Participa + Brasil, do Governo federal, que facilitou o processo de audiência pública das minutas apresentadas. Agora, os agentes interessados podem enviar suas colaborações por meio de plataforma específica, na qual o CFC também pode apreciar e aceitar ou recusar a manifestação individualmente, podendo apresentar justificativa para tal.

Quantidade de normas técnicas aprovadas



Cumprindo uma de suas atividades-fins, o CFC, na condição de órgão regulador da profissão contábil, aprovou 22 normas que incluem NBCs, intepretações, comunicados e Revisões. Os documentos foram desenvolvidos por equipes técnicas formadas por especialistas convidados, colaboradores e conselheiros do CFC e, em seguida, estiveram em audiência pública, com exceção dos comunicados técnicos.

Principais projetos e ações

Relacionamento institucional com entidades nacionais e internacionais

Federação Internacional de Contadores (Ifac)

O CFC encaminha todos os anos à Ifac as Declarações de Obrigações de Associado *Statements of Membership Obligations* (SMOs) como resultado de todos os trabalhos realizados decorrentes do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o CFC e a Ifac.

Controle da Qualidade – O CFC incluiu os auditores registrados no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) – Pessoa Jurídica ao Programa de Revisão Externa de Qualidade.

Adotado Parcialmente

Normas Internacionais de Educação (IES) – O CFC tem trabalhado com o MEC para reduzir as principais lacunas de alinhamento com as IES, em especial, quanto à exigência de experiência prática.

Adotado Parcialmente

Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) – As ISAs foram adotadas, na sua totalidade. As normas são efetivas para aplicação em todos os trabalhos de auditoria.

Adotado

Código de Ética – O Código de Ética está atualizado, excetuando algumas poucas diferenças em face da legislação brasileira não trazer similaridade para a sua adoção.

Adotado Parcialmente

Normas Internacionais aplicadas ao Setor Público (Ipsas) – Até 31/12/2021, o CFC emitiu 35 Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.

Adotado Parcialmente

Sistema de Fiscalização e Disciplinar (I&D System) – O CFC estuda a revisão da legislação, a fim de que o Sistema CFC/CRCs possa conduzir processos investigativos e disciplinares para não contadores.

Adotado Parcialmente

Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) – As IFRS foram adotadas e atualmente são efetivas para todas as entidades de interesse público.

Adotado

O Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o CFC e a Ifac viabiliza a participação de representantes brasileiros no processo de elaboração das normas internacionais de contabilidade a serem adotadas pelos países membros da Ifac, e possibilita um constante intercâmbio de conhecimentos entre os países por meio de seminários, capacitações e eventos técnicos.

Grupos de Estudo e de Trabalho para Normatização Contábil

Comitê Permanente das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (CPCASP)

- Apresentação de 5 minutas de normas, sendo 4 dessas convergidas aos padrões internacionais e 1 atualizando a norma de Custos no Setor Público.
- Realização da segunda edição on-line da Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios (Secofem).
- Realização do VII Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público (SBCASP) e do 1º *Workshop* CASP em formato virtual.
- Respostas às consultas públicas realizadas pelo Comitê Internacional das Normas Aplicadas ao Setor Público (Ipsasb, em inglês).

Contabilidade para Microentidades e Pequenas Empresas

- Edição das normas NBC TG 1001 e 1002 que seguem os mesmos princípios dos padrões internacionais, contudo, de forma simplificada, pois escalonam as empresas por tamanho e reduz consideravelmente os requisitos.

Relato Integrado e Asseguração

- Interação com *Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas* (FACPCE) – Argentina e realização do Circuito Técnico sobre o tema de Relato Integrado em parceria com a *Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresa* (AECA) e a Associação Interamericana de Contabilidade (AIC).

Terceiro Setor

- Constituído grupo para revisar as normas atuais sobre contabilidade para entidades sem finalidade de lucros.

Contabilidade para Condomínios

- Constituído grupo para avaliar a necessidade de elaborar norma que regulamente a contabilidade de condomínios.

Comitê Gestor da Convergência (CGC)

22 Normas Brasileiras de Contabilidade Aprovadas (incluindo revisões)

4	Comunicados Técnicos Editados
2	Normas Profissionais
3	Normas de Auditoria
2	Normas para Microentidades e Pequenas Empresas
5	Programa de Educação Profissional Continuada
2	Normas Técnicas Aplicáveis ao Setor Privado
4	Revisões de Normas

4 Revisões que alteraram **33** Normas

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

13
Reuniões Regimentais com a aprovação
de **5** documentos normativos

10
Cartas comentários enviadas ao *International Accounting Standards Board* (Iasb)

6
Sessões educacionais de apresentação dos projetos do Iasb

- No exercício de 2021, o CPC desenvolveu seus trabalhos ao longo de 13 reuniões regimentais com aprovação de 5 documentos normativos, sendo: CPC para Entidades em Liquidação; CPC 50 – Contratos de Seguro; Revisão CPC 17 – Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2; Revisão CPC 18 – alterações em decorrência de benefícios que vão além de 30 de junho de 2021, relacionados à Covid-19, concedidos para arrendatários e Revisão CPC 19 – alterações com vigência para 2022.
- Promoveu o "XVIII Seminário Internacional do CPC – Normas Contábeis Internacionais" com o objetivo de proporcionar uma visão prática do atual estágio de adoção das normas internacionais de relatórios financeiros no Brasil. Os temas em destaque foram: Combinações de negócios para Entidades sob Controle Comum; EESG (em inglês, *Economic, Environmental, Social and Governance*) – Evolução e reflexos na contabilidade; e Demonstrações Financeiras Primárias.
- Realização de 6 eventos de apresentação dos projetos do Iasb com participação de colaboradores e membros do Iasb.

Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE)

A atividade de auditoria independente exerce um papel importante no funcionamento do mercado de capitais, contribuindo para maior confiabilidade e credibilidade das informações.

Regulamentado pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC PA 11, o programa de Revisão Externa de Qualidade, também conhecido como "Revisão pelos Pares", busca verificar o controle de qualidade dos serviços prestados em auditoria no país e promover melhorias para o exercício da profissão. A qualidade, nesse contexto, é medida pelo atendimento das normas técnicas e profissionais estabelecidas pelo CFC e, quando aplicável, das normas emitidas por órgãos reguladores.

Em decorrência da pandemia, o programa de 2020 teve seus prazos alterados. Como consequência, foram analisados os processos referentes 2020 e 2021 no mesmo ano. Ao todo, o Comitê analisou 182 processos de revisão no ano de 2021 e realizou um treinamento, por meio do 9º Circuito Técnico on-line – Revisão de Pares das Firmas de Auditoria.

Dados do programa CRE	2021	2020
Total de auditores selecionados	77	120
Exclusões	**7**	**6**
Registros cancelados	3	2
Revisado não indicou	3	4
Revisado indicou mas não contratou	1	0
Indicação revisor rejeitada	1	0
Total de processo aptos à análise	68	114
Processos analisados		
Processos aprovados – tipos de relatórios		
Adequado	34	56
Adequado com deficiência	22	25
Inadequado	3	12
Com limitação de escopo	1	6
Processos não aprovados	8	15

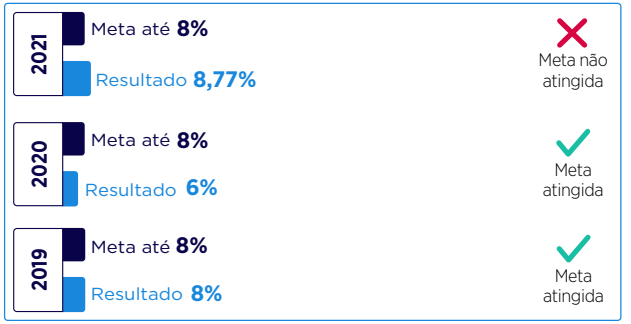
Gestão de pessoas

Um dos principais objetivos estratégicos do CFC é "Atrair e Reter talentos". Para isso, a entidade oferece aos seus empregados auxílios de pós-graduação e idiomas, auxílio creche, planos de saúde e odontológico, vale alimentação, treinamentos, programa de avaliação de desempenho, entre outros. E, para os terceirizados, o CFC incentiva o desenvolvimento das capacidades técnicas e humanas.

O Conselho finalizou o ano de 2021 com um total de 178 colaboradores, sendo 10 trabalhando diretamente na atividade fim de fiscalização da profissão contábil.

Colaboradores	2020	2021
Empregados efetivos	103	99
Comissionados	6	5
Aprendizes	5	5
Estagiários	30	22
Terceirizados	46	47
Total	**190**	**178**

Taxa de Desligamento

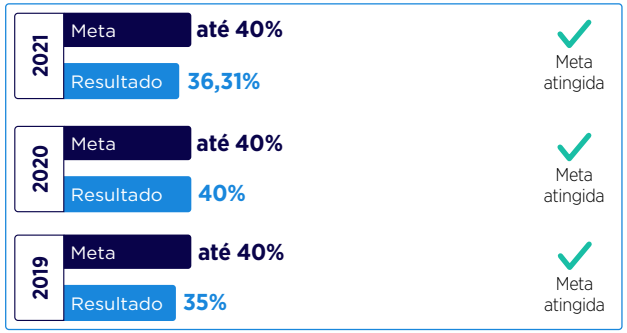


Considerando que durante o ano de 2021 houve o desligamento de 10 (dez) empregados e que desde 2015 não há admissão de pessoal por concurso público, não foi possível o cumprimento da meta. Os desligamentos ocorreram devido a: i) término de contrato de aprendizagem, sendo as vagas repostas para cumprimento da legislação (4); ii) aposentadoria por tempo de contribuição e por idade (2); iii) dispensa pelo empregador sem justa causa (1); convocação em outro concurso público (1); e motivos pessoais (2).

Vale destacar que, devido à indefinição quanto ao regime juridico de contratação a ser utilizado, o CFC estava impossibilitado de realizar concurso público desde o fim da vigência do último concurso, em 2015.

Em 2020, o STF decidiu o regime jurídico de contratação dos empregados e o CFC contratou empresa para realização do concurso público, porém o contrato foi rescindido unilateralmente em 2021, impossibilitando a reposição esperada do quadro funcional. A expectativa é de que o CFC obtenha êxito no processo de licitação para contratação de empresa especializada, podendo realizar o certame em 2022, com o objetivo de repor as vagas em aberto.

Índice de Despesas com Pessoal



Quanto ao detalhamento das despesas com o pessoal, percebe-se um pequeno aumento no ano de 2021, em relação a 2020 devido ao reajuste salarial de 6%, efetivado a partir do mês de setembro/2021. A variação positiva da despesa foi minimizada devido ao volume de rescisões ocorridas no ano, fator que equilibrou o gasto com o reajuste salarial e o reajuste do valor diário dos benefícios de vale alimentação e/ou refeição.

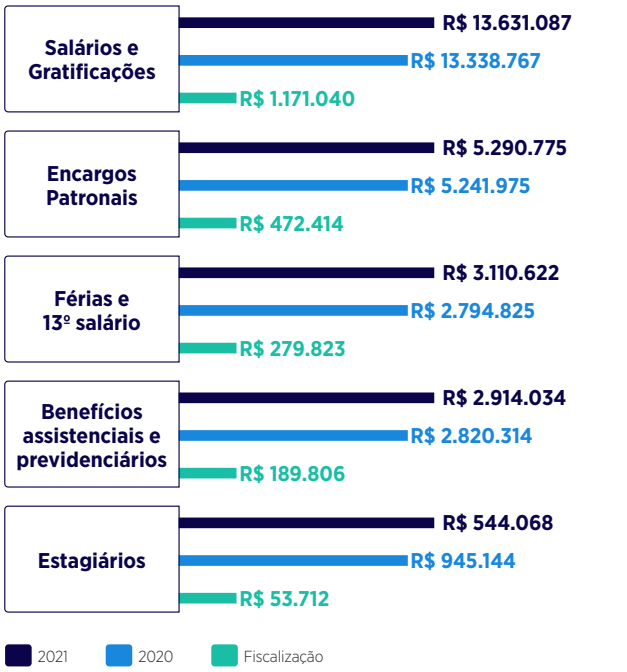
Despesa de Pessoal

R$ 25.490.586
2021

R$ 25.141.026
2020

Detalhamento da Despesa de Pessoal

(Cargos efetivos + aprendizes + cargos comissionados)

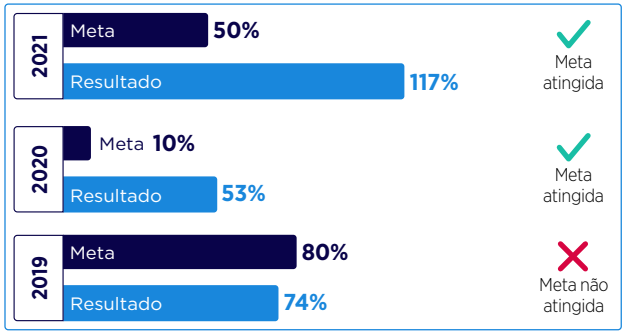


Treinamento e Desenvolvimento

Para atender às diretrizes estratégicas "Influenciar a formação das competências e das habilidades dos profissionais, fomentar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs" e "Atrair e reter talentos" o Conselho investe, sistematicamente, na capacitação do corpo funcional.

O CFC elabora o Plano Anual de Treinamentos (PAT) com a finalidade de capacitar e desenvolver os funcionários para melhor execução de suas atividades. O PAT proporciona a ampliação do nível de conhecimento dos funcionários por meio da realização de cursos e treinamentos, individuais e coletivos, preparando-os para o exercício de novas funções, bem como adaptando-os a novas tecnologias, de modo a garantir a competência necessária à condução das atividades.

Índice de Percentual de Treinamento



O PAT de 2021 buscou promover a capacitação dos empregados do CFC nas competências necessárias ao desempenho de suas diversas atribuições funcionais e à capacitação gerencial, observando-se a otimização dos recursos disponíveis. Alinhado às disposições da Portaria CFC nº 65/2021, ao Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs e às recomendações do TCU para aprimoramento institucional de governança, o PAT 2021 abarcou as mais diversas ações de desenvolvimento ou capacitação.

Foi prevista no PAT 2021 a realização de 55 eventos de capacitação, sendo a meta fixada em apenas 50% do total planejado, considerando se tratar de um ano atípico, marcado, não só pela pandemia da Covid-19, mas também pelo isolamento social e por uma crise econômica. No entanto, em virtude da crescente oferta de eventos de capacitação realizados de forma on-line, o CFC cumpriu integralmente o seu planejamento e, ainda, realizou a contratação de outros treinamentos não previstos.

Entre os treinamentos realizados, destacam-se: a nova lei de licitações (14.133/2021); *compliance*, governança e gestão de riscos; trabalho remoto; gestão e fiscalização de contratos; competência digital; transformação digital; práticas de sustentabilidade; ética e serviço público; liderança em tempos de crise; e proteção de dados no setor público e LGPD.

Índice de Capacitação de Usuários em Tecnologia

Em cumprimento ao PAT e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), foi oportunizada aos empregados do CFC a participação em cursos relacionados à área de Tecnologia da Informação, especificamente aos sistemas internos (diárias e passagens), eSocial, segurança cibernética, internet, armazenamento de dados em nuvem, entre outros recursos tecnológicos que contribuem para o aprimoramento e desenvolvimento das atividades executadas.

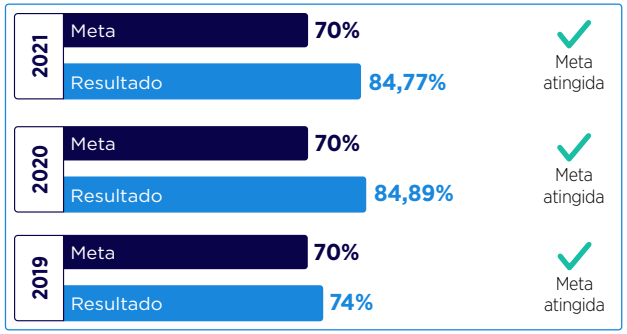
A quantidade de eventos ofertados em 2021 possibilitou a participação de 37% do total de empregados, com 13 horas de treinamento, superando consideravelmente a meta prevista para o indicador, que foi de 5 horas.

Pesquisa de satisfação dos empregados

Com o objetivo de aferir o nível de satisfação dos empregados com relação à infraestrutura e às ações desenvolvidas pelo CFC em benefício ao corpo funcional, anualmente, é aplicada pesquisa para que todos os colaboradores possam responder, de forma voluntária e anônima, às questões que compõem a pesquisa.

A pesquisa aborda a disponibilidade de recursos operacionais (*hardware*, *software*, equipamentos, mobiliário e materiais de expediente); estrutura predial, incluindo segurança e limpeza; relacionamento interpessoal; comunicação interna; pertencimento e orgulho de trabalhar na empresa; benefícios e treinamentos; e as ações desenvolvidas pelo CFC para prevenção da Covid-19 no ambiente de trabalho.

Grau de satisfação de funcionários em relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo Conselho Federal/Regional em prol do corpo funcional



O resultado da pesquisa aplicada em 2021 teve a participação de 83 colaboradores, entre empregados e estagiários, que pontuaram satisfação em relação às ações desenvolvidas pelo CFC.

Mais uma vez, os resultados foram positivos e acima da meta estabelecida pelo Sistema de Gestão de Indicadores. A pesquisa demonstrou que 73% dos colaboradores estão satisfeitos com a infraestrutura e as ações desenvolvidas pelo CFC. Além disso, evidenciou aumento no nível de satisfação, comparativamente a 2019, em que o resultado foi de 74% e pequena variação em relação a 2020.

Gestão de licitações e contratos, incluindo o de TI

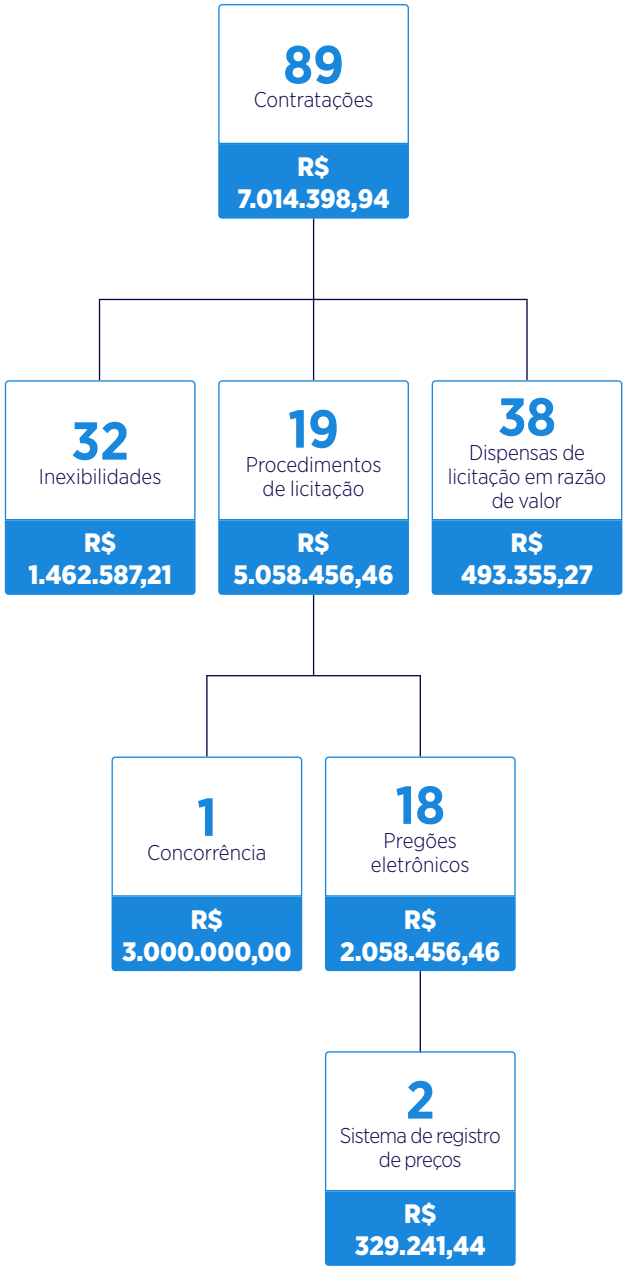
As contratações do CFC são regidas pelos princípios da Constituição Federal de 1988 e possuem conformidade com os normativos legais que regem a matéria, em especial:

- Lei nº 8.666/1993;
- Lei nº 10.520/2002;
- Lei Complementar 123/2005;
- Decreto nº 7.892/2013;
- Decreto nº 10.024/2019;
- Instrução Normativa MPDG nº 5/2017.

Além disso, o CFC conta com diversas instâncias de controle, entre elas: Controle Interno, Procuradoria Jurídica e a Auditoria Interna. O Conselho conta, ainda, com equipes de planejamento de contratações as quais são responsáveis pela elaboração dos documentos relativos aos procedimentos de contratação na fase interna.

Vale destacar, também, a vinculação das contratações e prorrogações contratuais ao Plano Anual de Contratações (PAC) de 2021, que está disponível no site do CFC. Mais informações acesse

As contratações efetuadas no exercício de 2021 totalizaram R$ 7.014.398,94, das quais 72,12% foram realizadas, principalmente, por meio de Pregão Eletrônico e Concorrência e 27,88% por formalização de processos de Dispensas de Licitação e Inexigibilidades, para atender aos programas de Suporte e Apoio a Atividades Fins e Gestão de Educação Continuada, conforme diagrama a seguir:



Comparação das contratações 2020-2021:

Modalidade de contratação

2021	2020
R$ 2.058.456,46 Pregão Eletrônico	R$ 5.527.319,00 Pregão Eletrônico
R$ 3.000.000,00 Concorrência	R$ 0,00 Concorrência
R$ 1.955.942,48 Contratações Diretas	R$ 1.128.291,00 Contratações Diretas
R$ 493.355,27 Dispensa	R$ 786.150,00 Dispensa
R$ 1.462.587,21 Inexigibilidade	R$ 342.141,00 Inexigibilidade
R$ 7.014.398,94 Total	R$ 6.655.610,00 Total

A redução de 62,72% nos valores contratados por meio de Pregão Eletrônico decorreram de contratações de serviços continuados com limpeza e conservação, vigilância, apoio administrativo e operacional, e reforma predial e aquisição de licenças MS Office 365, realizadas em 2020, cujos contratos se mantiveram em vigor em 2021. A concorrência realizada foi para atender à demanda do CFC com a contratação de serviços de publicidade por meio de agência de propaganda. Quanto ao aumento no valor das contratações por inexigibilidades, essas foram, especialmente, para atender ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e para cursos de capacitação dos empregados do CFC.

Contratações diretas

Foram realizadas 69 contratações diretas, sendo R$250.411,04 em razão do valor – inciso II – e R$242.944,23 fundamentado no inciso XVI do art. 24 da Lei nº 8.666/1993 e R$1.462.587,21 por inexigibilidade, alocados, principalmente, em cursos de capacitação para empregados, serviços advocatícios, licenças anuais para acesso a bases de conhecimento de pesquisas em TI e licença do sistema de gestão empresarial.

Dispensa

36 contratações em razão do valor	1 contratação do Serpro para desenvolvimento de Sistema de Validação de Assinatura Digital – Svad
R$ 250.411,04 Total	R$ 242.944,23

Inexigibilidade

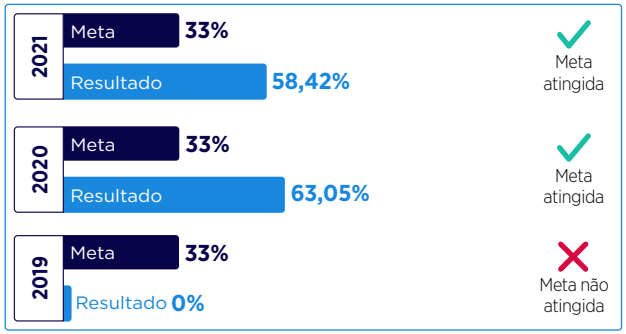
32 contratações com base no art. 25

23 cursos de capacitação	1 licença anual para acesso a bases de conhecimento de pesquisas de mercado em Tecnologia da Informação e Comunicação
R$ 240.059,76	R$ 799.400,40
1 licença de uso de sistema integrado de gestão empresarial	
R$ 747.989,04	
1 licença de uso de componentes de *softwares* aderentes ao padrão ICP-Brasil	3 licença de uso do sistema Banco de Preços, Assinatura IOB e aquisição de normas ABNT
R$ 43.020,00	R$ 24.057,85
2 Assessoria Jurídica	1 locação de estande em evento da classe contábil
R$ 370.500,00	R$ 50.000,00

Contratações mais relevantes

Gestão de Fiscalização	
Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade. **Objeto**: Serviço de publicidade por meio de agência de propaganda. **Justificativa**: Contratar agência de publicidade para realizar campanhas institucionais, visando aproximar o profissional da contabilidade ao Sistema CFC/CRCs; divulgar a missão e projetos do Sistema CFC/CRCs e promover a valorização da classe contábil, posicionando-a como fator de proteção da sociedade.	Valor contratado **R$ 3.000.000,00** Concorrência **nº 01/2020**
Objetivo Estratégico: Garantir a qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos. **Objeto**: Serviço de Eleição WEB com sistema eletrônico eleitoral via internet. **Justificativa**: Disponibilizar sistema eletrônico eleitoral, via internet, para assegurar a realização da eleição simultaneamente em todos os estados para os 530 mil profissionais da contabilidade aptos a votar.	Valor contratado **R$ 713.000,00** Pregão eletrônico **nº 08/2021**
Gestão de Registro Profissional	
Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade. **Objeto**: Aquisição de carteiras de identidade profissional. **Justificativa**: Fornecer a todo profissional registrado nos CRCs a carteira de identidade profissional, conforme disciplina o Decreto Lei nº 9.295/1946.	Valor contratado **R$ 304.800,00** Pregão eletrônico **SRP nº 17/2021**
Suporte e Apoio a Atividades Fins	
Objetivo Estratégico: Garantir a qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos. **Objeto**: Licenças anuais para acesso a bases de conhecimento de pesquisas de mercado em Tecnologia da Informação e Comunicação. **Justificativa**: Cumprir o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e contratar licenças anuais para acesso a bases de conhecimento de pesquisas de mercado em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), aconselhamento imparcial em TIC, serviços de análise especializados em TIC e serviços complementares de apoio à consulta, à interpretação e à aplicação das informações contidas nas referidas bases de conhecimento.	Valor contratado **R$ 799.400,40** Dispensa de licitação **nº 31/2021**
Objetivo Estratégico: Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs. **Objeto**: Serviços de execução de intervenções corretivas nos corrimãos e guarda-copos. **Justificativa**: Garantir a manutenção física e a conservação preventiva e corretiva do Edifício CFC, a segurança da edificação, do acervo e das instalações, bem como, dos usuários; cumprir as exigências do CBMDF quanto às normas de segurança contra incêndios, garantido a integridade física dos ocupantes da edificação em situação de emergência, alinhadas às metas de acessibilidade.	Valor contratado **R$ 420.825,89** Pregão eletrônico **nº 19/2021**
Objetivo Estratégico: Garantir a qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos. **Objeto**: Aquisição de solução de análise de fluxo de rede com recursos de segurança e conexão avançada (*firewall*). **Justificativa**: Cumprir o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e adquirir dispositivo de segurança de rede para controlar o fluxo de entrada e saída de informações.	Valor contratado **R$ 401.615,00** Pregão eletrônico **nº 03/2021**
Objetivo Estratégico: Garantir a qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos. **Objeto**: Aquisição de solução perpétua de *software* de *backup/recovery*. **Justificativa**: Cumprir o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e contratar solução de *backup* para evitar perda de dados ou dano a algum tipo de arquivo ou sistema digital.	Valor contratado **R$ 335.359,00** Pregão eletrônico **nº 01/2021**
Objetivo Estratégico: Garantir a qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos. **Objeto**: Aquisição de *notebooks*. **Justificativa**: Cumprir o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e adquirir notebooks para os conselheiros e empregados, visando assegurar a continuidades das administrativas, técnicas finalísticas, especialmente, durante o período da pandemia em que as atividades foram realizadas em teletrabalho.	Valor contratado **R$ 315.853,54** Pregão eletrônico **nº 07/2021**

Índice de renovação do parque de informática



O CFC vem adotando o critério de manter seu parque tecnológico atualizado, de acordo com o respectivo período de garantia, mediante a renovação de 1/3 dos seus equipamentos e *softwares*. O objetivo da atualização é evitar a utilização de equipamentos obsoletos, de baixo desempenho, reduzir o índice de falhas pela não utilização de equipamentos antigos, assegurar o melhor nível de manutenção ofertado pela garantia original do fabricante e, consequentemente, melhorar a prestação de serviços aos profissionais da contabilidade e à sociedade.

Em 2021, o CFC investiu na aquisição de computadores (estação de trabalhos), licenças de *softwares*, monitores e *notebooks*, sendo este último para a realização do trabalho em *home office* pelo corpo funcional e o resultado dessas ações possibilitaram aumentar o percentual da meta fixada para o exercício.

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Declaração da Contadora do CFC

Angela Maria Fazion Pereira

O Departamento de Contabilidade (Decont) compõe a estrutura da Coordenadoria Administrativa (Coad) da Vice-Presidência Administrativa do CFC e exerce a responsabilidade de coleta de dados, registro, elaboração das demonstrações contábeis e produção de relatórios gerenciais. O escopo desta declaração tem por base as demonstrações contábeis do Conselho Federal de Contabilidade, encerradas em 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações contábeis do CFC foram elaboradas em observância à Lei n.º 4.320/1964, às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 16); ao Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado pela Resolução CFC n.º 1.161/2009; ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e às Instruções da VPCI/CFC n.os 029 e 030/2021 da Câmara de Controle Interno do CFC, conforme orientações da IN TCU n.º 84/2020, da DNs-TCU n.º 187 e 188/2020, além de outros normativos do Sistema CFC/CRCs.

O processo de preparação objetiva a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações manifestadas nas demonstrações elaboradas com os dados extraídos dos Sistemas Informatizados, nos quais são registrados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

A conformidade das demonstrações contábeis e dos atos da gestão é realizada pela Câmara de Controle Interno, de acordo com as letras "c", "d" e "g" do parágrafo 1º do artigo 17 da Resolução CFC n.º 1.616, de 18 de maio de 2021, que aprova o Regimento do CFC e dá outras providências, alinhado aos procedimentos descritos nos Manuais de Contabilidade e de Auditoria do Sistema CFC/CRCs. Os demonstrativos contábeis foram analisados pela Câmara de Controle Interno e aprovado pelo Plenário sem apontamentos ou ressalvas.

As demonstrações contábeis do CFC são as seguintes:

- Balanço Patrimonial (BP) – é estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e evidencia qualitativamente e quantitativamente a situação patrimonial do Conselho Federal de Contabilidade.
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) – evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) – demonstra a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.
- Balanço Orçamentário (BO) – demonstra o orçamento inicial e suas alterações, confrontando-os com a execução da receita e da despesa.
- Balanço Financeiro (BF) – evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

Foto: Fábio Pinheiro/Divulgação CFC

- Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar (RPP) – ratifica as despesas empenhadas e efetivamente executadas cuja liquidação tenha sido verificada no exercício.
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) – apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.
- Notas Explicativas – fazem parte das demonstrações contábeis e nela estão evidenciados os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos.

Os demonstrativos estão publicados no site do CFC "Transparência e Prestação de Contas" Mais Informações acesse

Desafios

O processo de parametrização dos sistemas informatizados foi retomado durante o exercício de 2021, visando melhorias e agilidade no fluxo dos processos internos do CFC, assim como a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa e da Consolidação das Demonstrações Contábeis, por meio do sistema. As implementaçoes dos sistemas de controle de contratos e de custos, para garantir confiabilidade e lisura nos controles, são um dos principais desafios a serem superados em 2022.

Declaração

Considerando que os normativos trazem orientações quanto aos procedimentos a serem adotados para elaboração do processo de Prestação de Contas e que a documentação apresentada para registro está alinhada aos procedimentos internos de controles, declaro que as informações constantes das demonstrações contábeis regidas pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público, pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e pelo Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, referentes ao exercício de 2021, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Federal Contabilidade.

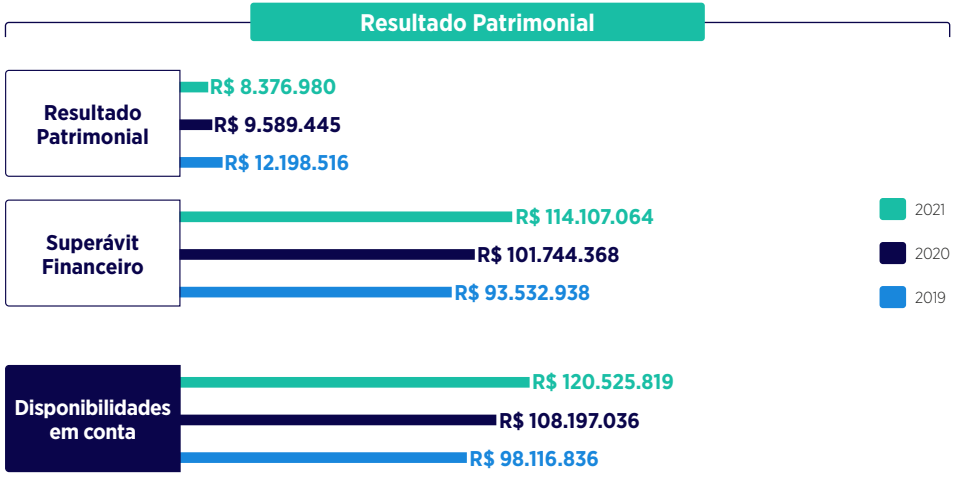
Contadora **Angela Maria Fazion Pereira**
CRC PR 43954/O-4T
Período de atuação 15/7/2019 a 31/12/2021

Gestão Orçamentária e Financeira

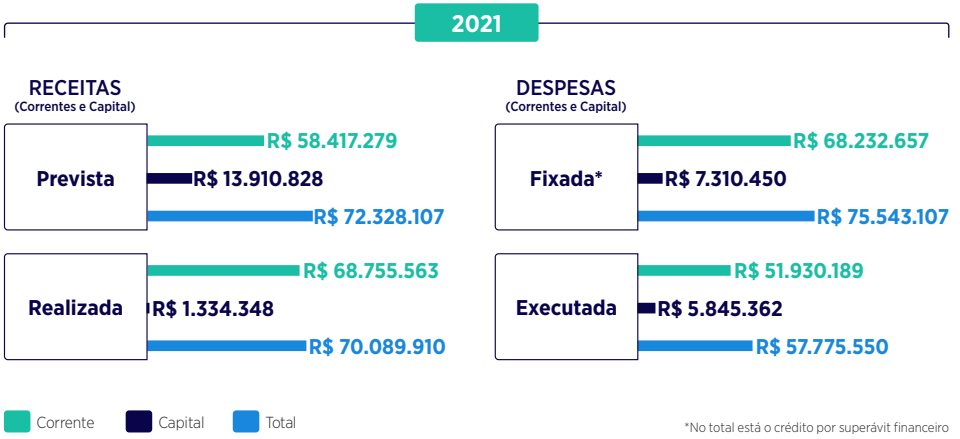
O avanço da pandemia de Covid-19 tem impactado diretamente na economia mundial, tanto econômica quanto patrimonialmente, e não há previsão de melhoria em um curto espaço de tempo. As inseguranças no cenário econômico brasileiro e as legislações divulgadas pelos governos federal e estaduais, com a finalidade de aliviar as consequências decorrente da enfermidade que abateu o mundo nesses últimos dois anos, compeliram os governos, as empresas e a sociedade civil a envidarem esforços em moldar-se à nova realidade imposta pela Covid-19.

No Sistema CFC/CRCs, a repercussão da pandemia gerou impactos diretos na arrecadação de recursos, oriundos principalmente das anuidades nos exercícios de 2019 e 2020. No entanto, em 2021, percebe-se, no CFC, efeitos positivos nos recebimentos, principalmente da cota-parte, quando comparados com o exercício de 2019 e praticamente a manutenção da arrecadação em relação ao exercício de 2020.

No entanto, levando-se em conta a manutenção na receita e a elevação dos custos financeiros e patrimoniais, o CFC permaneceu com suas contas em estabilidade, haja vista que foram adotadas medidas para mitigar o impacto que a falta de proporcionalidade entre as receitas e as despesas poderiam acarretar. Tais ações vislumbram, em um futuro não muito distante, a reconquista da alavancagem econômica que a sociedade civil tanto almeja e necessita para o crescimento do Brasil e que o Sistema CFC/CRCs espera, aspira e deseja.



As despesas fixadas e as receitas estimadas para o orçamento de 2021, remontaram em R$72.328.107,10 conforme a determinação contida na Resolução CFC n.º 1.609/2020. Não obstante aos fatos ocorridos no exercício, foram necessários ajustes ao orçamento, por intermédio da abertura de créditos adicionais e suplementares que totalizaram o valor de R$23.524.550,00 em que R$3.215.000,00 foram de recursos de superávit, com a finalidade de suprir projetos e subprojetos em sua execução, conforme demonstrado a seguir:



*No total está o crédito por superávit financeiro

De toda a receita arrecadada pelo Sistema CFC/CRCs, cabe ao CFC a quota de 1/5 (um quinto) da receita bruta (excetuando-se os legados, as doações, as subvenções, as receitas patrimoniais, as restituições e outras, quando justificadas), constituindo-se, desta forma, como a preponderante receita corrente. Também constituem como receitas os rendimentos de aplicação e a receita líquida dos Exames de Suficiência e de Qualificação Técnica. Já as amortizações dos empréstimos, que foram disponibilizados aos Conselhos Regionais, constituem as receitas de capital.

Execução orçamentária

A incorporação dos recursos financeiros que são arrecadados no decorrer do exercício orçamentário constitui como título financeiro para a delineação da execução orçamentária. Tal ação é apoiada na Proposta Orçamentária e aprovada no exercício financeiro anterior, que delimita as atividades a serem executadas, buscando o implemento das exigências regulatórias para a profissão contábil em defesa da sociedade como um todo.

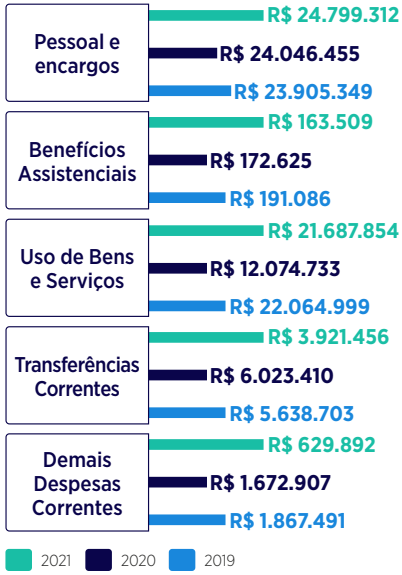
Nos quadros seguintes, pode-se observar o comportamento das receitas e despesas do CFC, comparativamente entre 2020 e 2021. Com a adoção de uma política conservadora, o CFC optou por subestimar as receitas que poderiam ser arrecadadas em 2021, culminando em uma superação substancial de 16,15%, quando comparadas ao exercício de 2020.

No segmento das despesas, o modelo observado foi do aumento, perfazendo o percentual de 11,13%, em sua maioria pelo retorno dos empregados às atividades presenciais que, mesmo de forma escalonada, culminaram no acréscimo do desembolso.

Em 2021, 48,07% das despesas correntes foi destinado para despesas de pessoal, abrangendo gastos com programa de alimentação ao trabalhador, plano de saúde, plano odontológico, auxílio educação, provisões de férias e os encargos patronais.

No item "Uso de bens e serviços" foram registrados serviços prestados para atender às atividades do CFC, no valor total de R$21.687.853,68. Ademais, está registrada a aquisição de materiais de consumo para o almoxarifado e para as atividades finalísticas das unidades organizacionais.

No grupo das despesas de capital, observa-se aumento de 21,33% em razão dos investimentos realizados na modernização do parque de informática do CFC, principalmente após o ataque cibernético. As transferências de recursos por empréstimos concedidos foram decorrentes de parcelas faltantes de contratos firmados anteriormente. Em 2021, não foram firmados novos contratos de empréstimos aos CRCs.



Receitas por grupo e elemento

R$

RECEITAS CORRENTES						
Grupos de Receita	2021			2020		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Contribuições	47.250.336	57.431.641	122%	54.963.065	48.854.228	89%
Exploração de Bens e Serviços	7.686.400	5.877.190	76%	10.460.750	7.654.531	73%
Receitas Financeiras	3.480.543	5.445.976	156%	6.466.265	2.682.207	41%
Outras Receitas Correntes	0	756	0%	0	1.923	0%
Receitas Correntes	**58.417.279**	**68.755.563**	**118%**	**71.890.080**	**59.192.888**	**82%**

RECEITAS DE CAPITAIS						
Grupos de Receita	2021			2020		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Amortização de Empréstimos	13.910.828	1.334.348	10%	1.300.670	927.971	71%
Receitas de Capital	**13.910.828**	**1.334.348**	**10%**	**1.300.670**	**927.971**	**71%**
Total das Receitas	**72.328.107**	**70.089.910**	**97%**	**73.190.750**	**60.120.859**	**82%**

Despesas por grupo e elemento

R$

DESPESAS CORRENTES						
Grupos de Despesa	Empenhada R$		Liquidada R$		Valores Pagos R$	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Despesas de Pessoal	24.962.821	24.219.080	24.962.821	24.219.080	24.322.645	23.645.811
Uso de Bens e Serviços	21.687.854	12.074.733	21.687.854	12.074.733	20.467.877	11.462.501
Financeiras	202.006	297.942	202.006	297.942	202.006	297.942
Outras Despesas Correntes	5.077.508	7.398.375	5.077.508	7.398.375	4.495.942	6.898.637
Despesas Correntes	**51.930.189**	**43.990.130**	**51.930.189**	**43.990.130**	**49.488.470**	**42.304.891**

DESPESAS DE CAPITAL						
Grupos de Despesa	Empenhada R$		Liquidada R$		Valores Pagos R$	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Investimentos	2.251.355	1.771.161	2.251.355	1.771.161	2.251.355	1.771.161
Empréstimos Concedidos	901.653	1.859.565	901.653	1.859.565	727.461	1.722.684
Outras Despesas de Capital	2.692.354	4.368.810	2.692.354	4.368.810	2.692.354	4.131.145
Despesas de Capital	**5.845.362**	**7.999.536**	**5.845.362**	**7.999.536**	**5.671.170**	**7.624.990**
Total das Despesas	**57.775.550**	**51.989.665**	**57.775.550**	**51.989.665**	**55.159.640**	**49.929.881**

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

A Coordenadoria de Logística, por meio do Setor de Patrimônio, é a unidade responsável pela gestão patrimonial do CFC e tem por objetivo suprir as demais unidades organizacionais de bens patrimoniais e materiais necessários e indispensáveis para a realização de suas atividades. Além disso, controla e protege os bens públicos patrocinando seu uso racional.

As atividades desenvolvidas são fundamentadas nos seguintes normativos:

- Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967;
- Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;
- Instrução Normativa SEDAP/PR nº 205, de 8 de abril de 1988;
- Decreto n.º 9.373, de 11 de maio de 2018, e alterações;
- Instrução Normativa CGU nº 04, de 21 de fevereiro de 2020;
- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- Normas Brasileira de Contabilidade NBC TSP 07, Ativo Imobilizado e NBC TSP 08 Ativo Intangível.

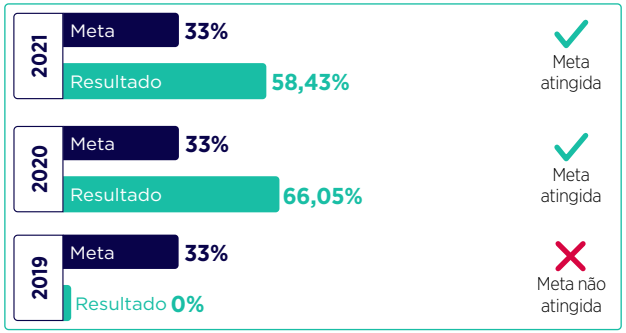
Principais investimentos de capital

Em atendimento aos Objetivos Estratégicos n.º 12 (ampliar e integrar o uso de Tecnologia da Informação no Sistema CFC/CRCs) e n.º 15 (assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs) da Resolução CFC nº 1.543/2018, no ano de 2021, foi investido R$1.668.173,92 (um milhão seiscentos e sessenta e oito mil cento e setenta e três reais e noventa e dois centavos) para aquisição de bens como cadeiras, computadores e softwares, conforme a tabela:

Investimentos	
Cadeiras Operacionais	184.321
Rádios Comunicadores	4.171
Notebooks e Desktops	682.483
Softwares e Licenças	797.197
TOTAL	**1.668.173,92**

A aquisição de cadeiras operacionais cumpre os requisitos ergonômicos definidos pela Norma Regulamentadora (NR 17), garantindo maior qualidade postural aos funcionários e colaboradores do CFC, uma vez que os assentos possuem altura, encosto lombar e apoio de braços ajustáveis às características físicas de cada um, a fim de mitigar riscos ocupacionais.

Índice de Renovação do Parque de Informática



Quanto às aquisições de ativos de TI, busca-se a constante modernização do parque tecnológico visando assegurar a disponibilidade, continuidade, confidencialidade e integridade dos serviços prestados pelo CFC, bem como a redução dos riscos institucionais.

O planejamento realizado para a aquisição de equipamentos e softwares possibilitaram um aumento percentual do índice, inclusive com a aquisição de notebooks para a realização de trabalho em *home office* pelo corpo funcional, aquisição de computadores (estações de trabalho) com configuração mais moderna e a atualização do pacote Office para o Microsoft Office 365 E3. Além disso, a divisão do trabalho no âmbito da área de TI e a contratação do Gerente de Projetos para tratar exclusivamente dos projetos de desenvolvimento de softwares, contribuiram para os números apurados neste indicador.

Manutenção preventiva e corretiva

Além disso, o CFC investiu R$2.801.498,24 (dois milhões oitocentos e um mil quatrocentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos) na manutenção da infraestrutura com o objetivo de garantir a conservação do edifício. Pode-se destacar dentro desse montante, a aquisição e instalação do Sistema de Detecção e Alarme e Incêndio (SDAI) no valor de R$219.482,00 (duzentos e dezenove mil quatrocentos e noventa e dois reais).

Abaixo estão listados os principais contratos e os respectivos valores investidos em 2021, comparativamente ao ano anterior:

	2021	2020	Diferença %
Vigilância e brigada	1.448.793	1.466.222	-1,18%
Serviços de Limpeza, telefonia, recepção, copa e jardinagem	677.019	531.628	+27,35%
Outros gastos	675.685	647.161	+4,40%

O serviço de limpeza, telefonia, recepção, copa e jardinagem teve um aumento percentual de 27,35% em relação a 2020 em razão de uma nova contração, havendo o reajustamento de preços tendo em vista das novas convenções coletivas e do acréscimo ao contrato de materiais de limpeza.

Desfazimento de Ativos

Não houve desfazimento de ativos em 2021.

Locações de equipamentos

O CFC possui contrato de *outsourcing* de impressão desde o ano de 2018, o que permitiu uma economia em larga escala dos insumos gastos com a impressão de documentos (tonner, papel, energia elétrica, manutenções preventiva e corretiva). No ano de 2021, o gasto com o contrato foi de R$ 35.286,06, porém o acréscimo de 8% em relação ao ano anterior se deve à impressão das provas das edições do Exame de Qualificação Técnica (R$2.828,40).

R$ 35.386,06	R$ 33.220,00
2021	2020

Principais desafios e ações futuras

A fim de aperfeiçoar a gestão patrimonial, o CFC lançará, em 2022, o Manual de Patrimônio, que abarcará os conceitos, definições e rotinas que envolvem a atividade desenvolvida pelo Patrimônio.

Além disso, pretende investir na tecnologia de *Radio Frenquency Identification (RFID)* ou Identificação por Rádio Frequência, para aperfeiçoar os controles físicos dos bens móveis e reduzir em 80% o tempo de realização de inventários, bem como monitorar os ativos do CFC em tempo real e identificar, de forma célere, as perdas de bens e outras necessidades relacionadas ao patrimônio.

Em 2022, o CFC realizará reforma predial para corrigir infiltrações, renovar a pintura, substituir rejuntamento da fachada, substituir equipamentos do sistema de combate a incêndio e adequação para acessibilidade e demais ações preventivas/corretivas para conservação do edifício, visando oferecer maior segurança aos usuários do edifício CFC.

Pretende-se, ainda, dar início ao processo de *retrofit** do sistema de ar-condicionado do edifício para modernizar o processo de climatização do ambiente, melhorar a operação dos aparelhos, reduzir custos com manutenção e energia elétrica e garantir conforto e bem-estar com os melhores padrões de qualidade do ar.

Gestão de Custos

O Sistema CFC/CRCs realiza o monitoramento e controle da execução orçamentária com o auxílio do Sistema Plano de trabalho, que é uma ferramenta gerencial de direcionamento para a melhor forma de cumprir a missão e alcançar os objetivos definidos para o Sistema.

A execução está alinhada com os instrumentos de programação e controle de planejamento, possibilitando uma sincronia para que os objetivos sejam alcançados, à luz das normas e dos regulamentos pertinentes à gestão orçamentária e financeira.

O CFC não adota metodologia para o rateio dos custos indiretos, mas o controle parcial é realizado por meio de 26 (vinte e seis) projetos e 38 (trinta e oito) atividades, alinhados e vinculados a 15 Objetivos Estratégicos e 5 (cinco) programas de gestão.

Valores por Objetivos Estratégicos

R$

Objetivos Estratégicos	Liquidado
Fortalecer o ambiente regulatório e garantir as prerrogativas profissionais.	2.438
Fortalecer a participação sóciopolítico-institucional perante as instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas.	3.348.297
Elevar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade.	336.225
Firmar parcerias estratégicas.	0
Atuar como fator de proteção da sociedade.	8.909.172
Promover a satisfação da classe contábil com o Sistema CFC/CRCs.	49.873
Garantir a sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs.	825.312
Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos	131.503
Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade.	2.370.683
Elaborar, acompanhar e aperfeiçoar normas de interesse do Sistema CFC/CRCs, da profissão e da ciência contábil.	103.961
Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs.	951.525
Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no Sistema CFC/CRCs.	3.913.961
Atrair e reter talentos.	25.609.983
Influenciar a formação das competências e das habilidades do profissional, formar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs.	2.158.898
Assegurar adequada infraestrutura e suporte logísticos às necessidades do Sistema CFC/CRCs.	9.063.720
Total	**57.775.550**

*_retrofit_ é fazer alterações para garantir o melhoramento das instalações, a atualização estética e a modernização da construção – mas, ao mesmo tempo, sem descaracterizar seus elementos originais históricos e arquitetônicos.

Balanço Patrimonial (BP)

R$

ATIVO	NE	2021	2020
Ativo Circulante		**126.971.913**	**112.293.551**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	120.525.819	108.197.036
Créditos de Curto Prazo	2	123.070	20.781
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	3	6.039.812	3.771.896
Estoques	4	273.368	290.142
Variações Diminutivas Pagas Antecipadamente	5	9.844	13.696
Ativo Não Circulante		**105.001.632**	**106.318.791**
Ativo Realizável a Longo Prazo	6	20.893.646	22.455.819
Investimentos, Imobilizado e Intangível	7	84.107.986	83.862.972
Total do Ativo		**231.973.545**	**218.612.342**

PASSIVO	NE	2021	2020
Passivo Circulante		**13.769.298**	**7.493.858**
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	8	505.383	444.261
Obrigações de Curto Prazo	8	2.504.522	1.735.780
Demais Obrigações de Curto Prazo	8	910.804	935.436
Provisões de Curto Prazo	9	8.865.879	2.689.180
Valores de Terceiros e/ou Restituíveis	9	982.710	1.689.200
Passivo Não Circulante		**576.205**	**1.920.223**
Provisões de Longo Prazo	9	573.405	1.917.423
Demais Obrigações a Longo Prazo		2.800	2.800
Total do Passivo		**14.345.503**	**9.414.081**
Patrimônio Líquido	10	**217.628.042**	**209.198.261**
Total do Passivo + Patrimônio Líquido		**231.973.545**	**218.612.342**

Quadro dos Ativos e dos Passivos Financeiros e Permanentes (Lei n.º 4.320/1964)							
Ativo Financeiro	11	121.662.242	109.196.990	Passivo Financeiro	11	7.555.178	7.452.622
Ativo Permanente		110.311.303	109.415.352	Passivo Permanente		6.790.325	1.961.459
Saldo Patrimonial						**217.628.042**	**209.198.261**

Quadro das Contas de Compensação (Lei n.º 4.320/1964)							
Atos Potenciais Ativos	12	234.159	234.159	Atos Potenciais Passivos	12	13.340.004	14.092.294

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Variações Patrimoniais Quantitativas

R$

Variações Patrimoniais Aumentativas	NE	2021	2020
Contribuições		57.533.930	48.469.238
Exploração de bens e serviços		5.850.281	7.613.196
Financeiras		6.444.092	3.833.453
Outras variações patrimoniais aumentativas		3.977	41.335
Total		**69.832.279**	**59.957.222**

Variações Patrimoniais Diminutivas		2021	2020
Pessoal e encargos		23.507.352	24.132.261
Benefícios assistenciais		163.509	172.625
Uso de bens e serviços		23.678.127	14.089.574
Financeiras		202.006	297.942
Transferências		6.613.811	10.392.220
Tributárias e contributivas		526.159	634.384
Desvalorização e perda de ativos		0	32.368
Outras variações patrimoniais diminutivas		6.764.335	616.403
Total		**61.455.299**	**50.367.777**
Resultado Patrimonial do Exercício	13	**8.376.980**	**9.589.445**

Variações Patrimoniais Qualitativas

R$

Descrição	2021	2020
Incorporação de Ativos	**3.153.007**	**3.630.726**
Investimentos	2.251.355	1.771.161
Empréstimos Concedidos	901.653	1.859.565
Desincorporação de Ativos	**1.334.348**	**927.971**
Amortização de Empréstimos Concedidos	1.334.348	927.971

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

R$

Descrição	Patrimônio líquido	
	2021	2020
Saldo Inicial do Exercício	**209.198.262**	**199.609.037**
Ajustes de Exercício Anterior	52.800	-220
Resultado do Exercício	8.376.980	9.589.445
Saldo Final do Exercício	**217.628.042**	**209.198.261**

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido do CFC nos exercícios de 2021 e 2020, bem como sua evolução no período. Ressalta-se o incremento de 4,03% em seu Patrimônio Líquido em comparação a 2020.

Resultado Patrimonial

2021	R$ 8.376.980
2020	R$ 9.589.445

Balanço Financeiro (BF)

R$

Ingressos	NE	2021	2020
Receita Orçamentária		**70.089.910**	**60.120.859**
Receitas Correntes		68.755.563	59.192.888
Receitas de Capital		1.334.348	927.971
Recebimentos Extraorçamentários	24	**66.542.999**	**60.513.815**
Disponível do exercício anterior		**108.197.036**	**98.116.836**

Dispêndios	NE	2021	2020
Despesa Orçamentária		**57.775.550**	**51.989.665**
Despesas Correntes		51.930.189	43.990.130
Despesas de Capital		5.845.362	7.999.536
Pagamentos Extraorçamentários	24	**66.528.576**	**58.564.808**
Disponível para o exercício seguinte		**120.525.819**	**108.197.036**
Total		**244.829.945**	**218.751.509**

Balanço Orçamentário (BO)

Receitas orçamentárias

R$

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
Receitas Correntes	**58.417.279**	**58.417.279**	**68.755.563**	**10.338.284**
Contribuições	47.250.336	47.250.336	57.431.641	10.181.305
Exploração de bens e serviços	7.686.400	7.686.400	5.877.190	(1.809.210)
Financeiras	3.480.543	3.480.543	5.445.976	1.965.433
Outras receitas correntes	0	0	756	756
Receitas de Capital	**13.910.828**	**13.910.828**	**1.334.348**	**(12.576.481)**
Amortização de empréstimos concedidos	13.910.828	13.910.828	1.334.348	(12.576.481)
Total das Receitas	**72.328.107**	**72.328.107**	**70.089.910**	**-2.238.197**
Déficit/Superávit			**0**	
Total	**72.328.107**	**72.328.107**	**70.089.910**	**(2.238.197)**
Saldos de exercícios anteriores – Superávit financeiro		3.215.000		

As receitas de contribuição do Conselho Federal são constituídas por 1/5 (um quinto) da receita bruta arrecadada por intermédio dos CRCs, excetuados os legados, as doações, as subvenções, as receitas patrimoniais, as restituições e outras, quando justificadas.

Superávit Orçamentário

2021	**R$ 12.314.360**
2020	**R$ 8.131.194**

Despesas orçamentárias

R$

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas Correntes		**59.451.007**	**8.781.650**	**68.232.657**	**51.930.189**	**51.930.189**	**49.488.470**	**2.441.719**
Pessoal e encargos		27.994.100	50.000	28.044.100	24.799.312	24.799.312	24.293.929	505.383
Benefícios assistenciais		192.000	0	192.000	163.509	163.509	28.717	134.793
Uso de bens e serviços		27.378.207	3.791.150	31.169.357	21.687.854	21.687.854	20.467.877	1.219.977
Financeiras		200.600	50.000	250.600	202.006	202.006	202.006	-
Transferências correntes		3.257.000	3.845.000	7.102.000	3.921.456	3.921.456	3.339.891	581.566
Tributárias e contributivas		179.100	445.500	624.600	526.159	526.159	526.159	-
Outras despesas correntes		250.000	600.000	850.000	629.892	629.892	629.892	-
Despesas de Capital		**12.877.100**	**-5.566.650**	**7.310.450**	**5.845.362**	**5.845.362**	**5.671.170**	**174.192**
Investimentos		3.227.100	340.000	3.567.100	2.251.355	2.251.355	2.251.355	-
Empréstimos concedidos		4.250.000	-3.348.347	901.653	901.653	901.653	727.461	174.192
Transferências de capital		5.400.000	-2.558.303	2.841.697	2.692.354	2.692.354	2.692.354	-
Reserva de contingência orçamentária		0	0	0	0	0	0	-
Subtotal		**72.328.107**	**3.215.000**	**75.543.107**	**57.775.550**	**57.775.550**	**55.159.640**	**2.615.911**
Superávit	15					12.314.360		
Total das Despesas		**72.328.107**	**3.215.000**	**75.543.107**	**57.775.550**	**57.775.55**		

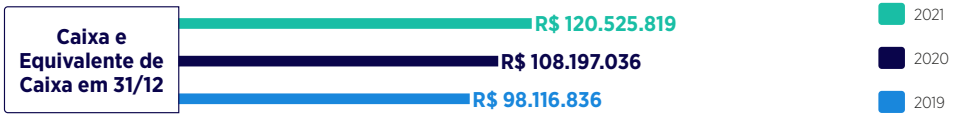
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

R$

Descrição	2021	2020
Fluxos de Caixa das Operações		
Ingressos	**68.755.563**	**59.192.888**
Receitas	**68.755.563**	**59.192.888**
Receita de Contribuições	57.431.641	48.854.228
Exploração de Bens e Serviços	5.877.190	7.654.531
Receitas Financeiras	5.445.976	2.682.207
Outras Receitas	756	1.923
Desembolsos	**54.608.120**	**46.546.814**
Despesas	**54.608.120**	**46.546.814**
Pessoal, Encargos e Benefícios	24.870.539	23.980.835
Uso de Bens e Serviços	21.392.599	11.059.078
Despesas Financeiras	202.006	297.942
Despesas Tributárias e Contributivas	526.159	649.592
Transferências (Subvenções + Auxílios)	6.111.446	9.796.268
Outras Despesas	1.505.371	763.100
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações	**14.147.443**	**12.646.075**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Ingressos	**1.334.348**	**927.971**
Amortização de Empréstimos Concedidos	1.334.348	927.971
Desembolsos	**3.153.008**	**3.493.845**
Aquisição de Ativo Não Circulante	2.251.355	1.771.161
Empréstimos Concedidos	901.653	1.722.684
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	**(1.818.660)**	**(2.565.874)**
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	**12.328.783**	**10.080.201**
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	**108.197.036**	**98.116.836**
Caixa e Equivalente de Caixa Final	**120.525.819**	**108.197.036**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa do Conselho Federal em um determinado período, evidenciando, separadamente, os fluxos nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

Tais informações proporcionam aos usuários a base para avaliar a capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.



Restos a Pagar Processados (RPP)

R$

Restos a Pagar Processados	NE	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro			
Despesas correntes + capital		2.059.785	2.584.022	2.038.874	55.412	2.549.521

Notas Explicativas (NE) às Demonstrações Contábeis em 31/12/2021

Contexto Operacional

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é uma Autarquia Especial Corporativa criada pelo Decreto-Lei n.º 9.295/1946, localizada no Setor de Autarquias Sul (SAUS) Quadra 5, Lote 3, Bloco J, Ed. CFC, Brasília (DF). Dotado de personalidade jurídica de direito público, o CFC possui autonomia administrativa e financeira, tendo sua estrutura e organização estabelecidas no Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, Resolução CFC n.º 1.612/2021, e tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.616/2021 e alterações.

O CFC é uma instituição que presta serviço público nos termos da legislação em vigor e tem como atividades finalísticas normatizar, registrar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), cada um em sua base jurisdicional, nos estados e no Distrito Federal; decidir, em última instância, os recursos de penalidade imposta pelos CRCs; regular acerca dos princípios contábeis, do Exame de Suficiência, do Cadastro de Qualificação Técnica e dos Programas de Educação Continuada; e editar Normas Brasileiras de Contabilidade de naturezas técnica e profissional. O CFC gerencia seus recursos com base na legislação vigente e tem como principal fonte de recursos a parcela de 20% da arrecadação delegada aos CRCs referente às anuidades pagas pelos profissionais e organizações contábeis, cujos recursos são repassados ao CFC, de forma compartilhada, sob forma de cota-parte. O CFC controla o saldo do Fundo de Integração e Desenvolvimento da Profissão Contábil (Fides) e autoriza a utilização dos recursos para apoio e desenvolvimento de projetos e/ou ações da profissão contábil.

Base da Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do exercício de 2021 foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/1964, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); à Resolução CFC n.º 1.161/2009, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs; e à Instrução de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFC – INT/VPCI n.º 29/2021. As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, exercício de 2021, são: o Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Financeiro (BF), o Balanço Orçamentário (BO), Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados (RPP), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Os demonstrativos foram extraídos do Sistema de Contabilidade SPW. As Notas Explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e nela estão evidenciados os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos. Além disso, têm por objetivo destacar e interpretar detalhes de informações relevantes que são complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas nos demonstrativos contábeis.

Uso de Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho Federal de Contabilidade utilizou como embasamento as estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão apresentadas a seguir:

a. Ativo Imobilizado – os bens classificados no Imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares –, são mensurados com base no valor de aquisição. Dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foram realizados com dados comparáveis no mercado, à época. Em 2012, foi realizada a primeira reavaliação dos ativos e, por conseguinte, em 31/12/2014, ocorreu a segunda. Nas duas edições todos os bens móveis e imóveis foram reavaliados.

   Os bens patrimoniais foram avaliados, em 2012, conforme determina a Resolução CFC n.º 1.161/2009, reconhecendo o valor depreciável e o valor residual dos ativos imobilizados, com evidenciação do custo atribuído (*deemedcost*), de acordo com o Processo n.º 2015/000355 e com a Instrução de Trabalho do CFC INT/ VPCI n.º 4/2012, alinhado ao item 11 da NBC T 16.9 – Resolução CFC n.º 1.136/2008. No exercício de 2021, não ocorreram reavaliações.

   A determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2010, foi definida no laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2011, a vida útil foi definida pela Câmara de Controle Interno, por meio da Instrução de Trabalho n.º 4/2012 elaborada com base na IN da Secretaria da Receita Federal (SRF) n.º 162/1998.

b. As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível.

Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em reais, que é a moeda funcional das operações do CFC.

O BP foi subdividido em ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial a fim de atender à Lei n.º 4.320/1964.

Além disso, a fim de atender à Lei n.º 4.320/1964, apresentam-se no BP os valores dos grupos: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial. Cabe ressaltar que a diferença entre os montantes de ativo financeiro e passivo financeiro resulta no valor do superávit financeiro.

Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir. Ressalta-se que essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial (BP) evidencia a situação patrimonial do CFC em 31 de dezembro de 2020 e 2021 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).

Nota Explicativa 1

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa são administrados pelo Conselho Federal de Contabilidade, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

> "§ 3º As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei." (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 164, § 3º).

Caixa e Equivalente de Caixa — R$

Descrição – CFC	2021	2020
Bancos Conta Movimento	339.737	771.678
Bancos Aplicação Financeira	113.824.301	99.408.384
Disponível para Aplicação Vinculada	59.486	59.373
Total	**114.223.524**	**100.239.435**

Descrição – FIDES	2021	2020
Bancos Conta Movimento	4.200	5.435
Bancos Aplicação Financeira	6.298.094	7.952.166
Total	**6.302.295**	**7.957.601**

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram depositados em contas separadas das demais disponibilidades, em observância aos limites e condições de proteção e prudência financeira, alinhados ao que dispõe o §1º do art. 43 da Lei Complementar n.º 101/2000, e as receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

Nota Explicativa 2

Créditos a Receber de Curto Prazo

Os direitos registrados no valor de R$123.069,61 são provenientes dos valores de cota-parte a receber dos Conselhos Regionais (AL, AP, BA, CE, DF, ES, MA, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RJ, RO, SE e TO) cuja competência é do mês de dezembro de 2021, mas estarão disponíveis em conta corrente do CFC em janeiro de 2022.

Ressalta-se que não há registro de ajuste para perdas, inscrição em dívida ativa e prescrição de créditos entre CFC e CRCs. Os CRCs realizam a cobrança, o controle da dívida ativa, os ajustes de perdas e a prescrição em relação aos profissionais da contabilidade.

Nota Explicativa 3

Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Correspondem a valores a receber relativos a adiantamentos a pessoal e valores a receber de fornecedores.

Demais Créditos e Valores — R$

Descrição	2021	2020
Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros	246.299	273.644
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	565.212	396.223
Outros Créditos e Valores a Receber	178.676	187.312
Total	**990.187**	**857.179**

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros

São valores relativos à pensão alimentícia sobre férias, bem como aos adiantamentos de férias concedidos a funcionários em 17/12/2021. Soma-se registro referente à participação dos funcionários no custeio de assistência médica e odontológica, a ser descontado na folha de pagamento de janeiro/2022.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

São valores relativos aos depósitos efetuados em conta vinculada referentes aos encargos trabalhistas descontados no ato do pagamento das notas fiscais de fornecedores.

Outros Créditos e Valores a Receber

Compreende o valor de passagens aéreas emitidas no início do exercício de 2020, que, devido ao cenário causado pela pandemia de Covid-19, não foram utilizadas em razão do cancelamento de todas as atividades presenciais do Sistema CFC/CRCs. O valor de R$180.275,11 está em análise conjunta, pela companhia aérea e pelo CFC, para a realização do reembolso aos cofres do CFC, conforme determinações contidas na Lei n.º 14.034, de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19.

Nota Explicativa 4

Estoques

Compreende o somatório dos bens adquiridos pelo CFC com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, de gêneros alimentícios e de materiais de higiene, limpeza e conservação, materiais de distribuição, bens móveis não ativáveis e outros.

Os bens em almoxarifado são avaliados, na entrada, pelo valor original das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. As apropriações provenientes da utilização são contabilizadas em contas de resultado.

Materiais de Consumo R$

Descrição	2021	2020
Materiais de Expediente	108.651	127.585
Impressos Formulários e Papéis	12.445	12.543
Publicações Técnicas	8.764	8.764
Material para Áudio, Vídeo e Foto	3.768	3.828
Materiais de Informática	35.382	36.120
Materiais Elétricos e Telefonia	378	380
Material de Copa e Cozinha	14.208	11.844
Gêneros de Alimentação	7.223	7.268
Material de Higiene, Limpeza e Conservação	9.283	7.245
Bens Móveis Não Ativáveis	31.372	31.679
Materiais de Distribuição Gratuita	41.895	42.887
Total	**273.368**	**290.142**

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Os materiais disponíveis em almoxarifado foram inventariados em 6/12/2021, e os ajustes necessários à sua regularização foram realizados no sistema operacional de controle de estoques, os quais não influenciaram os saldos das contas patrimoniais.

Nota Explicativa 5

Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o término do exercício seguinte.

VPD Antecipada R$

Descrição	2021	2020
Seguros de Bens Móveis	2.220	1.950
Seguros de Bens Imóveis	2.432	2.547
Assinaturas	5.193	9.199
Total	**9.844**	**13.696**

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Nota Explicativa 6

Ativo Realizável a Longo Prazo

Empréstimos de Curto e Longo Prazo

Os recursos aprovados por meio de contratos de empréstimos firmados com os CRCs são destinados para construção, ampliação e/ou modernização das sedes.

Nas concessões dos empréstimos, são avaliadas a capacidade de pagamento de cada CRC solicitante e a taxa de juros anual de 6%. Já o prazo para a quitação é estimado de acordo com o perfil financeiro de cada Conselho Regional.

Em 2021, não foram aprovados novos empréstimos aos CRCs. Os saldos apresentados em 31/12/2021 referem-se aos empréstimos concedidos de exercícios anteriores até 2019. No período, ocorreram repasses das parcelas já acordadas em contrato.

Empréstimos Concedidos R$

Curto Prazo	2021	2020
Empréstimo – Principal	2.225.858	1.792.754
Juros sobre Empréstimos	3.932.472	2.269.427
(-) Encargos Financeiros a apropriar	-1.245.097	-1.276.542
Total	**4.913.233**	**2.785.639**

Longo Prazo	2021	2020
Empréstimo – Principal	19.202.160	20.067.960
Juros sobre Empréstimos	9.289.430	10.905.044
(-) Encargos Financeiros a apropriar	-7.623.666	-8.542.907
Total	**20.867.924**	**22.430.097**

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Depósitos Realizáveis a Longo Prazo

São valores referentes a Depósitos Recursais dos processos trabalhistas em que o CFC é o reclamado. Não houve novos registros de depósitos no exercício de 2021.

Depósitos Recursais R$

Descrição	2021	2020
Depósitos Recursais – Longo Prazo	25.722	25.722

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Nota Explicativa 7

Investimentos, Imobilizado e Intangível

Os bens que integram os investimentos, imobilizado e intangíveis estão assim distribuídos:

Imobilizado

Bens móveis e imóveis

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecido contabilmente, no exercício de 2021.

Por meio da Portaria n.º 269/2021, foi nomeada comissão designada ao levantamento de bens móveis, a qual apresentou relatório conclusivo à administração, apontando em relatório específico o resultado dos bens inventariados.

Os saldos das contas do Imobilizado, em 31/12/2021, são:

Móveis e Imóveis R$

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Compras	Desincorporações	Saldo em 31/12/2021	Depreciação acumulada
Móveis e Utensílios	904.737	183.549	9.890	1.078.395	-702.626
Máquinas e Equipamentos	344.808	4.172	8.325	340.655	-245.008
Instalações	322.450	0	0	322.450	-284.708
Utensílios de Copa e Cozinha	19.067	0	0	19.067	-12.417
Veículos	254.096	0	0	254.096	-231.190
Equipamentos de Processamento de Dados	2.788.531	861.554	9.805	3.640.280	-2.135.822
Sistema de Processamento de Dados	1.246	0	0	1.246	-1.122
Biblioteca	280.187	5.268	0	285.455	0
Museu e Obras de Arte	71.226	0	0	71.226	0
Sede	60.000.000	0	0	60.000.000	-9.333.333
Terrenos	22.000.000	0	0	22.000.000	0
Total dos Bens	**86.986.348**	**1.054.543**	**28.020**	**88.012.871**	**-12.946.225**

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

As aquisições de equipamentos de processamento de dados no valor de R$861 mil se referem a investimentos realizados em novas tecnologias, fazendo cumprir as diretrizes do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), para o biênio 2020/2021. Em especial, a aquisição do equipamento Storage deu-se nos termos da Ata de Registro de Preços - PE 36/2019 – TRT 18.

Depreciação

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes com critérios definidos na Instrução Normativa CCI/CFC n.º 04/2012.

Os bens adquiridos até dezembro de 2010 foram avaliados pela empresa Unisis Administração Patrimonial LTDA e depreciados a partir de 1º de janeiro de 2011, de acordo com a vida útil do bem estabelecida no laudo de avaliação n.º 2.680-10. Os bens móveis adquiridos após esta data estão sendo depreciados com base na Instrução CCI/CFC n.º 04/2012.

As depreciações dos bens adquiridos serão registradas a partir do mês subsequente à aquisição e à instalação, conforme demonstrado na tabela abaixo, o tempo de vida útil e o valor residual de cada grupo do imobilizado:

Tabela de referência para vida útil e valor residual

Título	Vida Útil (Anos)	Valor Residual
Sede (Edifícios)/Subsedes/Salas/Garagens	25	10%
Móveis e Utensílios de Escritório/Máquinas e Equipamentos/Instalações e Veículos	10	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
Sistemas de Processamento de Dados – *Softwares* (amortização)	5	10%
Biblioteca	10	–

Fonte: INT VPCI 004/2012, item 2.3.7

O item "Biblioteca" não foi depreciado até o exercício de 2021. O sistema próprio atual de informática para controle dos livros não permite o lançamento de vida útil. No entanto, o controle anual de perdas, baixas, transferências e doações do acervo bibliográfico é realizado.

Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção.

Intangível **R$**

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Aquisição	Baixas	Saldo em 31/12/2021	Amortização acumulada
Software em Desenvolvimento	7.527.953	396.932	0	7.924.885	0
Outros Softwares	429.018	832.018	30.782	1.230.254	-628.497
Software Concluído	547.552	0	0	547.552	-32.853

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

O investimento de R$7,924 milhões em "Software em Desenvolvimento" refere-se aos dispêndios com a fábrica de software, baseados no planejamento do PDTI do CFC, bem como na Resolução CFC n.º 1.584, de 9/1/2020 que aprovou o modelo de Governança de TI do CFC. As aquisições evidenciadas em "Outros Softwares" são licenças adquiridas dos softwares "Adobe Creative Cloud" e "*Symantec Protection Suite Enterprise Edition*", por meio do pregão 04/2020 e adesão a Ata de Registro de Preços TCU (n.º 013.038/2019-2), processos registrados e acompanhados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Amortização

A amortização dos ativos intangíveis é efetuada de acordo com a vida útil definida. Em 31/12/2021, foram reconhecidas as amortizações de exercícios anteriores dos softwares concluídos pela fábrica de softwares, que não foram registradas no patrimônio.

Nota Explicativa 8

Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta as obrigações trabalhistas e fiscais, encargos sociais de curto prazo, depósitos consignáveis e fornecedores, os quais são demonstrados por meio de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

As obrigações fiscais decorrem de retenções efetuadas de contratações realizadas com fornecedores pela aquisição de bens e/ou serviços. Os valores retidos dos fornecedores são depositados, pelo CFC, em conta vinculada específica, conforme o disposto no anexo VII da IN MPDG n.º 5/2017. A retenção que ocorre no momento do pagamento é registrada em conta de passivo e o depósito em conta corrente específica é efetuado em rubrica do ativo. As obrigações com pessoal e terceiros são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

Obrigações de Curto Prazo **R$**

Descrição	2021	2020
Obrig. Trab. e Encargos Sociais a Pagar	505.383	444.261
Obrigações Fiscais de Curto Prazo	544.166	1.735.780
Depósitos Consignáveis	588.309	537.545
Fornecedores	1.372.047	741.239
Total	**3.009.905**	**3.458.826**

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

O saldo relativo aos depósitos consignáveis compreende o fluxo de entradas e saídas de recursos retidos dos funcionários (INSS Consignado, IRRF s/ folha, planos de saúde e odontológico), mas que não sejam da propriedade do CFC e que tenham caráter devolutivo. A avaliação é efetuada pelo valor original das transações e consta o registro dos montantes relativos à retenção calculada sobre o pagamento de salários, 1/3 de férias, 13º (décimo terceiro) salários, entre outros.

As apropriações estão de acordo com a legislação vigente e alinhado à Instrução de Trabalho CCI/CFC n.º 029/2021.

Demais Obrigações de Curto Prazo R$

Descrição	2021	2020
Contas a Pagar Crédito de Terceiros	910.804	935.436
Transferências Legais	-	-
Total	**910.804**	**935.436**

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

As demais obrigações de curto prazo abrangem as provisões referentes aos repasses aos CRCs, aprovados pelo Plenário do CFC, em dezembro de 2021. As Despesas estão registradas considerando o regime de competência, cujas datas firmadas de vencimentos são para 2022.

Nota Explicativa 9

Provisões de Curto Prazo

No passivo circulante, são evidenciados também as provisões para 13º, férias e encargos e os processos judiciais com perda classificada como "praticamente certa". As provisões relativas aos processos judiciais com perda são classificadas como "provável" entre outras e são constituídas com base em estimativas confiáveis pelos prováveis valores de liquidação para os passivos.

Provisões Trabalhistas

As provisões trabalhistas (13º, férias e encargos) são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo sistema de folha de pagamento mensalmente.

Provisões de Férias R$

Títulos	2021	2020
Provisão de Férias	2.011.006	1.999.751
Encargos Sociais	640.753	648.192
Total	**2.651.759**	**2.647.944**

Fonte: Balanço Patrimonial de 2021

Os montantes referentes às férias e aos encargos sociais não apresentam aumento relevante devido ao baixo número de movimentação (contratações e demissões) no quadro funcional do CFC em 2021. Não há colaboradores com férias acumuladas e/ou vencidas. As provisões para décimo terceiro salário e seus encargos patronais foram baixadas por ocasião do pagamento da segunda parcela, ocorrido no dia 17/12/2021.

A rubrica "Valores de Terceiros – Restituições" no valor de R$982 mil refere-se às provisões de reembolsos das inscrições do Exame de Suficiência e do EQT de 2020.

Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis de Curto e Longo Prazo

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura às perdas ou despesas cujo fato gerador já ocorreu, todavia, não ocorreu o respectivo desembolso ou perda. As provisões para riscos cíveis foram constituídas com base no Relatório de Passivos Contingentes elaborado pela Procuradoria Jurídica (Projur) do CFC.

O CFC possui processos em andamento avaliados como risco de possível e provável ganho e possível e remota perda, que não são reconhecidos contabilmente, conforme estabelecido pela NBC TG 25 (R1), aprovada pela Resolução CFC n.º 1.180/2009.

De acordo com o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, uma contingência passiva é a possível obrigação presente, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle da entidade.

O CFC possui processos cíveis e trabalhistas que totalizam o montante de R$6,445 milhões com os graus de perda classificados como "praticamente certo" e "provável", reconhecidos no BP, sendo 14 classificados como "praticamente certo" e oito como "provável". Os processos contingentes classificados como "possível" e "remota" não são reconhecidos contabilmente, mas, a título de informação, demonstram-se na tabela a seguir – Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis de Curto e Longo Prazo –,os processos que estão sob a responsabilidade da Projur do CFC.

Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis R$

Descrição	2021		2020	
Processos Trabalhistas	**Qtd.**	**Valor**	**Qtd.**	**Valor**
Praticamente certo	4	166.258	1	39.431
Provável	4	125.078	7	1.491.563
Possível	7	776.937	4	572.920
Remota	2	1.343.136	1	35.922
Total	**17**	**2.411.409**	**13**	**2.139.836**
Processos Cíveis	**Qtd.**	**Valor**	**Qtd.**	**Valor**
Praticamente certo	10	6.137.312	6	6.086.874
Provável	4	17.213	3	21.213
Possível	56	4.413.032	43	4.358.926
Remota	37	466.815	23	191.810
Total	**107**	**11.034.373**	**75**	**10.658.823**

Fonte: Procuradoria Juridica do CFC - 2021

Nota Explicativa 10

Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente. A tabela abaixo evidencia o Patrimônio Líquido, do CFC e do Fides, bem como os resultados patrimoniais apurados em 2021.

CFC — R$

Títulos	2021	2020
Ajuste de Exercícios Anteriores	52.800	-220
Resultado Patrimonial do Exercício	10.200.903	9.667.248
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	201.316.586	191.649.558
Patrimônio Líquido do CFC	**211.570.289**	**201.316.586**

Fides — R$

Títulos	2021	2020
Resultado Patrimonial do Exercício	-1.823.922	-77.803
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	7.881.675	7.959.478
Patrimônio Líquido do Fides	**6.057.753**	**7.881.675**

Fonte: Balanço Patrimonial 2021

São considerados como Ajustes de Exercícios Anteriores o reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis.

O resultado patrimonial negativo apurado do Fides deu-se em razão da suspensão das receitas das anuidades para o fundo. Por outro lado, as despesas fixadas para aplicação na classe contábil foram executadas e a fonte de recursos utilizada para o custeio foi o superávit financeiro de exercícios anteriores.

Nota Explicativa 11

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n.º 4.320/1964, alinhado às orientações do Controle Interno do CFC. O superávit financeiro apurado em 2021 é de R$114.107.064,00.

Resultado Financeiro — R$

Descrição	2021	2020
Ativo Financeiro	121.662.242	109.196.990
(-) Passivo Financeiro	7.555.178	7.452.622
Superávit Financeiro	**114.107.064**	**101.744.368**

Fonte: Balanço Patrimonial 2021

Contas de Compensação

Nota Explicativa 12

Atos Potenciais Ativos e Passivos

O CFC mantém registrados, no grupo dos atos potenciais, os contratos de empréstimos e auxílios ao CRCs para aquisição, manutenção e reforma de sedes, que terão reflexos no patrimônio do CFC.

Além dos contratos intraconselhos, estão registrados os Convênios e/ou Termos de Cooperação firmados com entidades representativas da profissão contábil, sendo: termo de cooperação vigente com a Federação Internacional de Contadores (Ifac); convênio com a Associação Interamericana de Contabilidade (AIC); termo de cooperação com o Comitê de Integração Latino-Europa América (Cilea).

Outros contratos registrados são referentes aos repasses mediante termos de acordos firmados entre o CFC e Instituições de Ensino Superior (IES), com o objetivo de incentivar a criação de polos para a instalação de cursos de mestrado e/ou doutorado.

Atos Potenciais Passivos — R$

	Valor
Empréstimos Concedidos a Executar	2.687.422
Obrigações Conveniadas	5.964.772
Auxílios Financeiros a CRCs	4.687.811
Total	**13.340.004**

Fonte: Balanço Patrimonial 2021

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do CFC durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no BP.

Nota Explicativa 13

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial representa o superávit apurado com base no regime de competência da Variação Patrimonial Diminutiva e da Variação Patrimonial Aumentativa, escrituradas no subsistema patrimonial.

R$

Resultado Patrimonial	2021	2020
Var. Patrimoniais Aumentativas	69.832.279	59.957.222
(-) Var. Patrimoniais Diminutivas	61.455.299	50.367.777
Superávit	**8.376.980**	**9.589.445**

Fonte: DVP e Balanço Patrimonial 2021

Em 2021, o Superávit Patrimonial apurado foi de R$8.376.980. Apesar de positivo o valor revela uma queda de 12,64% em comparação ao exercício de 2020. A diferença deu-se em virtude do reconhecimento de uma ação cível contra o CFC, registrado em "indenizações e restituições, no valor de R$6,06 milhões, cujo autor é DF Turismo e Eventos Ltda. As contratações de "serviços" registraram alta significativa em 2021, com relação a 2021.

Balanço Financeiro (BF)

O BF apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte.

Nota Explicativa 14

Ingressos e Dispêndios Extraorçamentários

Nos saldos dos ingressos e dispêndios extraorçamentários, estão evidenciados, especialmente, a movimentação dos depósitos restituíveis e os valores vinculados a processos judiciais; os valores inscritos em restos a pagar e os pagos de exercícios anteriores; e o cancelamento de restos a pagar, decorrentes de erros, entre outros.

Balanço Orçamentário (BO)

O BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo – superávit orçamentário – ou negativo – déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

Nota Explicativa 15

Resultado Orçamentário

O orçamento do CFC para o exercício de 2021 foi aprovado por meio da Resolução n.º 1.609/2020, publicada no Diário Oficial da União, em 17 de dezembro de 2020 no valor de R$72.328.107,10 (setenta e dois milhões trezentos e vinte e oito mil cento e sete reais e dez centavos) e suplementado conforme legislação vigente, utilizando-se de superávit financeiro no valor de R$3.215.000,00 (três milhões duzentos e quinze mil reais).

No balanço orçamentário, estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas, sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício.

O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou um superávit orçamentário de R$12.314.360,00 (doze milhões trezentos e quatorze mil trezentos e sessenta reais).

Resultado Orçamentário **R$**

Descrição	2021	2020
Receitas Arrecadadas (Corrente e Capital)	70.089.910	60.120.859
Despesas Empenhadas (Corrente e Capital)	57.775.550	51.989.665
Superávit	**12.314.360**	**8.131.194**

Fonte: Balanço Orçamentário de 2021

Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados (RPP)

Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados demonstra os valores de obrigações empenhadas e liquidadas inscritas em restos a pagar, as quais foram pagas ou canceladas. Até o dia 31 de dezembro de 2021, totalizou R$2.047.378,00 (dois milhões quarenta e sete mil trezentos e setenta e oito reais). Ressalta-se que o Conselho Federal não adota a contabilização de restos a pagar não processados, pois não há previsão no Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs.

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

O demonstrativo evidencia as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes, segregando as atividades de operação, de investimentos e de financiamento.

- O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, os desembolsos relacionados com as atividades operacionais e com outras que não se qualificam como de investimento ou financiamento.
- O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos por liquidação de adiantamentos. No CFC, inclui ainda a concessão e amortização de empréstimos e outras operações da mesma natureza.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido do CFC nos exercícios de 2021 e 2020, bem como sua evolução no período. Apesar do cenário de pandemia que afetou negativamente a economia em 2021, o CFC registrou um incremento de 4,03% em seu Patrimônio Líquido em comparação a 2020.

Brasília, 31 de dezembro de 2021.

Contador **Zulmir Ivânio Breda**
Presidente do CFC
CRCRS – 030806/O-8

Contadora **Angela Maria Fazion Pereira**
CRCPR – 43954/O-4T-DF

Expediente

Presidente
Contador Zulmir Ivânio Breda

Vice-Presidente de Política Institucional
Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho

Vice-Presidente de Registro
Contadora Lucélia Lecheta

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina
Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos

Vice-Presidente de Controle Interno
Contadora Vitória Maria da Silva

Vice-Presidente Técnico
Contador Idésio da Silva Coelho Júnior

Vice-Presidente Administrativo
Contador Sergio Faraco

Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional
Contador Aécio Prado Dantas Júnior

Vice-Presidente de Desenvolvimento Operacional
Contador João Altair Caetano dos Santos

Representante dos Técnicos em Contabilidade no Conselho Diretor
Técnica em Contabilidade Maria Perpétua dos Santos

Diretora Executiva
Elys Tevania Alves de Souza Carvalho

Comissão responsável pela Elaboração do Relatório de Gestão do CFC referente ao exercício de 2021 – Portaria CFC n.º 336/2021
Elys Tevania Alves de Souza Carvalho – Coordenadora
Angela Maria Fazion Pereira
Eunice Rosa de Melo dos Santos
Fabrícia Gonçalves de Andrade
Janaina Angélica Sarmento F. de Lima de Carvalho
Lúcia Helena Alves de Figueiredo
Matheus Henrique Bastos Leite
Rafaella Feliciano da Costa
Thiago Luis Gomes

Revisão
Maria do Carmo Nóbrega

Projeto Gráfico e Diagramação
Dianne Freitas

CFC

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Siga-nos nas redes: **cfcbsb**

SAUS Quadra 5, Bloco J, Lote 3, Edifício CFC
Asa Sul – Brasília/DF – CEP: 70070-920
www.cfc.org.br